



ACTA N.º 2/2007

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 20 DE MARÇO DE 2007

Aos vinte dias do mês de Março, de dois mil e sete, no auditório do Centro Associativo Municipal desta cidade, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores deputados: José Carlos Morgado Gomes, Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, que se fez substituir pelo secretário da Junta, senhor Guilherme Pereira Domingues e Lino Dias Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, que se fez substituir pelo secretário da Junta, Joaquim Lains Pinheiro, e, Ana Cristina Branco, 2º secretário da Mesa. Os senhores deputados José Manuel Silva, Carlos Gomes Luso e Leonel Gomes da Costa, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos senhores: António Fernandes, Nuno Santo e Firmino Fonseca, respectivamente.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores vereadores: Dr. Vítor Lourenço, Eng.^a Isabel Gonçalves, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.^a Neusa Magalhães, Dr.^a Lucinda Caleira e Eng.º Carlos Martins. Os senhores vereadores Dr. Raul Castro e Dr.^a Carla Sebastião não compareceram à sessão.

A sessão foi presidida por Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados Paulo Reis e Francisco Francisco, 1º e 2º Secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



2. **AJUSTAMENTO DE PORMENOR DO LIMITE DO ESPAÇO URBANO – PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 2/05, SITO NO LUGAR DE LAMEIRAS, FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA, EM NOME DE FILIPE MANUEL PEREIRA CARREIRA** – Apreciação, discussão e votação;
3. **CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LEIRIA-** Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Temos quorum, podemos iniciar os nossos trabalhos.

Como sabem, trata-se de uma Assembleia extraordinária, convocada essencialmente para discutir e aprovar a Carta Educativa do concelho de Leiria, mas ao qual se adicionou um primeiro ponto, também proveniente da anterior sessão ordinária da Assembleia, que é precisamente o – ajustamento de pormenor do limite do espaço urbano referente ao processo de loteamento n.º 2/05, sito no lugar de Lameiras, Freguesia de Caranguejeira, em nome de Filipe Manuel Pereira Carreira.

Antes de começar, queria dar as boas-vindas aos senhores deputados e aos elementos do público. Espero que tenham notado algum esforço no sentido de reorganizar a colocação das pessoas aqui na sala, mas mais uma vez fomos surpreendidos, porque volta a haver gente de pé. Teremos que monitorizar as próximas sessões para dar resposta às necessidades, à medida que forem surgindo.

Iremos iniciar os nossos trabalhos com a apreciação, discussão e votação do primeiro ponto.

Chamam-me a atenção para um facto triste, o falecimento do Dr. Rui Garcia da Fonseca, que foi deputado desta Assembleia Municipal, e portanto peço-vos ,que observemos um minuto de silêncio, em memória do Dr. Garcia da Fonseca.

1 minuto de silêncio



ORDEM DO DIA

1. AJUSTAMENTO DE PORMENOR DO LIMITE DO ESPAÇO URBANO – PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 2/05, SITO NO LUGAR DE LAMEIRAS, FREGUESIA DA CARANGUEJEIRA, EM NOME DE FILIPE MANUEL PEREIRA CARREIRA – Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições? Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d) do n.º 2 do artigo 96º do Regulamento do Plano Director Municipal, deliberou por unanimidade aprovar.

2. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LEIRIA- Apreciação, discussão e votação;

O senhor deputado Carlos André, pediu para fazer uma intervenção de carácter processual e vai usar da palavra em primeiro lugar. Após o que, o senhor vereador Vítor Lourenço, fará a introdução deste ponto, nomeadamente às alterações que foram introduzidas ao documento. Faça favor senhor deputado!

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores!

A minha intervenção e agradeço ao senhor Presidente que me tenha concedido a palavra para a fazer neste momento, vai carecer de algumas respostas, donde, presumo que seja útil fazê-la, porque imagino que quem apresenta o documento por parte da Câmara Municipal, responda às perguntas que me estão a intrigar. E são perguntas muito simples e que resultam, digamos, de algum sentido de desorientação que me anima neste momento, porque gostava de saber o seguinte:



Qual é o documento que nós vamos apreciar e que vamos votar, porque houve um documento que foi aprovado em Câmara Municipal, que não é exactamente aquele que temos aqui, que contém substanciais alterações, e por isso, qual é o documento que nós somos chamados a apreciar e que somos chamados depois a votar.

Se é o documento que mais recentemente nos foi entregue, como presumo que seja e faz sentido que seja, uma segunda pergunta. Quem o propõe, porque ao que julgo saber, não foi aprovado em reunião de Câmara Municipal. Se assim é, quando ele passa pelo Conselho Municipal de Educação, porque tanto quanto sei, não passou no Conselho Municipal, e questões muito concretas que têm a ver com os métodos de votação.

O documento que nos foi apresentado agora de modo diverso do outro, com que fomos confrontados antes da última assembleia, contém no seu interior propostas em alternativa. Como é que se votam essas propostas em alternativa, ou votamos o documento e alguém há-de decidir qual das alternativas a adoptar.

E uma última pergunta, é se, eventualmente no seio desta assembleia surgirem também alternativas, como é que elas são incorporadas e como é que são votadas.

São portanto questões, não questões de conteúdo, não me vou pronunciar, a seu tempo me inscreverei para questões de conteúdo, mas são questões de carácter processual que importa ter esclarecidas, antes de passarmos propriamente à apreciação do documento. Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Então eu peço ao senhor vereador, para nos introduzir o tema, nomeadamente em relação às alterações que foram introduzidas desde a data da última Assembleia Municipal.

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Boa noite!

Em relação à primeira questão que o senhor deputado Carlos André colocou, eu julgo que faria todo o sentido fazer essa primeira apreciação. Cumprimentando naturalmente, todos os senhores deputados municipais, o senhor Presidente e os senhores secretários da Mesa e todo o público e jornalistas presentes.



O documento que vamos apreciar, é o documento que foi divulgado a partir de quinta-feira à tarde, dia de reunião de Câmara Municipal, onde foram presentes à reunião, uma indicação e uma explicação das sugestões que foram recebidas na Câmara Municipal, por parte dos parceiros educativos, por parte dos senhores deputados municipais e Presidentes de Junta.

Na reunião de Câmara, foi feita uma informação com um documento síntese, que eu li na reunião de Câmara em voz alta e que completava o documento, e que introduzia algumas alterações ao documento que tinha sido votado na Câmara Municipal. Foi a metodologia usada na Câmara Municipal e foi o documento divulgado, depois de em reunião de Câmara ter sido dado o seu assentimento a essas alterações, de uma forma não votada.

É portanto o documento/base que veio aqui à Assembleia Municipal, que deu origem ao adiamento e à suspensão dessa assembleia, no que diz respeito a este ponto, para que pudesse ser alvo de mais apreciação e discussão pública, sabendo-se que não era obrigatória por lei, mas que nós achámos por bem, dado que o tempo de dez dias tinha sido escasso. E portanto, surgiram muitas outras sugestões nos dias seguintes.

É um documento, fruto dessa assembleia, que foi aqui suspenso e que continua hoje, e nós só lhe introduzimos alguns dados, como vou enunciar, os quais tínhamos dito inicialmente que estavam inacabados e que não faziam parte da carta, mas que estavam a ser preparados para na discussão com a Direcção Regional de Educação, serem presentes. Mesmo que fosse no futuro eles eram presentes, porque a Direcção Regional estava a pedir esses elementos aos municípios, e portanto, além desses documentos que iam completar o documento/base, ele é o mesmo que tinha sido votado nas instâncias anteriores e que foi sujeito às correcções, devido muito a sugestões, que foram também feitas ao longo do amadurecimento das questões, por parte também dos técnicos, desde a última assembleia até hoje.

O documento é esse que vamos votar e não há aqui nenhuma outra formalidade a cumprir.

Quanto às formalidades que referiu, de como é que a Assembleia vai apreciar ou votar o documento, eu julgo que o senhor Presidente e a Mesa, se poderão pronunciar sobre isso e não eu próprio.

Em relação ao documento que aqui está presente hoje, em apreciação e votação, posso dizer em síntese que, recebemos da Associação de Pais e Encarregados de



Educação da Escola pré-primária e do agrupamento de escolas da Caranguejeira, uma apreciação do documento e sugestões; de Monte Redondo, recebemos uma apreciação do Colégio Luís Pereira da Costa; do agrupamento de escolas Correia Mateus, da Junta de Freguesia dos Pousos, de Santa Catarina da Serra, da Associação de Pais da Loureira, da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra, da Escola da Guimarães, de vários encarregados de educação a título individual, do agrupamento de escolas de Colmeias, da Barreira, do agrupamento de escolas José Saraiva e da Junta de Freguesia da Barreira, da Azoia, de um encarregado de educação e da Associação de Pais, de Carvide, da Junta de Freguesia, do território de Leiria, do agrupamento de escolas D. Dinis, da Comissão de Associação de Pais e Encarregados de Educação, do agrupamento D. Dinis e das associações de pais das respectivas escolas, de Marrazes, do agrupamento de escolas de Marrazes, da Escola Profissional de Leiria e de um outro cidadão a nível individual.

Depois do dia nove, já nos dias onze e treze, recebemos de um único deputado municipal, do senhor deputado José Augusto Esteves, uma apreciação ao documento e propostas concretas. Recebemos também propostas da Junta de Freguesia de Parceiros e da Junta de Freguesia de Santa Eufémia. Foram estes os intervenientes nesta discussão e que quiseram partilhar connosco as suas preocupações e as suas sugestões concretas.

Quanto às alterações introduzidas no documento da Carta Educativa, eu passaria a citá-las:

No geral do documento, foram feitas as correcções a quadros que tinham incorrecções, conforme aqui anotadas na sessão anterior, e a substituição em todos os quadros, onde se fala em salas por turmas, porque a apreciação em número de turmas é muito mais adequada do que por salas.

Na página dez do documento, havia uma imprecisão, em que os dados não foram introduzidos (foi aqui citado na altura se não me engano por um senhor deputado)relativamente ao parque escolar e ao seu estado de conservação. Os únicos dados que não constavam e que não constam do documento, são os dados das escolas do ensino particular e corporativo, que não nos foram fornecidos. Tudo o que diz respeito às nossas escolas e às escolas públicas, estão aí os dados referentes a essa situação do estado de conservação, classificando o estado de razoável, bom, menos bom, mau. Está aí exactamente no documento.



Na página vinte e três, foram, como tinha sido dito aqui, retiradas as freguesias de Monte Real e Carvide do território de Marrazes, e colocadas como deve ser no território de Carreira.

Depois, na página trinta e sete, a escola EB1 de Mouratos, foi desactivada em 2006/2007. Ela está apenas a funcionar com a escola de Pernelhas, nas actividades de enriquecimento curricular. Actualmente não é uma rede da nossa rede concelhia.

Na página quarenta e quatro, no território educativo da Barreira, acrescentaram-se exactamente as alternativas que terão como resultado a monitorização, como aqui referi várias vezes na última sessão, da execução da Carta Educativa, ou, como está escrito na Freguesia de Azoia, a ampliação da EB1 e Jardim de Infância da Azoia, que não estava previsto no documento inicial, da ampliação e reconversão da escola EB2 José Saraiva ou Centro Educativo da Barreira, como foi sugerido também no documento escrito pelo senhor Presidente da Junta da Barreira e pelo próprio agrupamento. Nós não podemos garantir naturalmente neste momento, que a situação no território educativo da Barreira, da Escola José Saraiva, se resolva, se o terreno da escola chega ou não chega para mais um bloco de aulas. E portanto é conveniente acautelar que pode ser por uma via ou por outra via, ou pela via da concentração na escola EB, ou pela via de um Centro Educativo alternativo no território educativo da Barreira.

Não vamos dizer aqui exactamente aonde é que é, eu julgo que os equipamentos devem ser feitos onde mais se adequarem, em termos de outros equipamentos, mas se for a opção pelo Centro Educativo, sabemos bem onde é que ele se irá situar. Em Parceiros, aumentar a capacidade pré-escolar e do 1º ciclo, de acordo com o PDM, aliás, o nosso PDM já prevê terreno para equipamento educativo no território da Freguesia de Parceiros, faz parte do nosso documento de organização do território (PDM), porque sabemos que Parceiros, senhor Presidente, é uma freguesia em crescimento e a sua sugestão naturalmente que, acautelava também esta preocupação.

A construção da escola EB 1/2/3 de Leiria/Este só, como foi aqui dito, depois do plano de monitorização a poder aconselhar, concluídas que seriam, como também aqui anunciámos várias vezes, cumpridas as primeiras prioridades que o documento anuncia na zona urbana de Leiria.

Na página cinquenta e três, território da Caranguejeira, foi introduzido apenas o contributo do Agrupamento e da Associação de Pais, quanto à ampliação da EB 2/3



Correia Alexandre, ou seja, ter em conta valências técnico-profissionais. Isto é, nós falávamos no documento inicial, na possibilidade de ampliar a Escola Correia Alexandre. A sugestão que veio do agrupamento, e bem, é que a escola para investir em cursos técnico-profissionais, tem que estar previsto também no nosso plano, a introdução desses elementos na Carta Educativa . E foi essa introdução que fizemos. Como alternativa à ampliação da Correia Alexandre, a execução de um Centro Educativo autónomo também na Caranguejeira.

Na página sessenta e dois, território educativo da Carreira: ou manter a escola EB1 da Carreira, como existe actualmente, ou construir um pré-escolar de raiz na Carreira, uma vez que funciona em instalações provisórias, numa sala só; ou reconverter a EB1 do Souto da Carpalhosa apenas para 1º ciclo, porque é no mesmo território, e a escola de Picoto desactivada transformar-se num pré-escolar, que abranja um território mais alargado, porque é uma escola de duas salas lectivas e um espaço bastante amplo.

Na página setenta e três, território educativo de Colmeias.

Na Boa Vista prevê-se como hipótese alternativa, a possibilidade de ampliação da Escola de Machados, que está neste momento em obra, para concentrar todo o 1º ciclo e pré-escolar da Freguesia de Boa Vista num único sítio, junto ao parque desportivo da freguesia.

No território educativo de Leiria, página oitenta e um.

A análise deste território, tem de ser feita em articulação com a restante zona urbana - Barreira, Marrazes e Pousos - e portanto, a construção da Leiria/Este, como já foi dito anteriormente, quando falei da Barreira, está incluída no plano de monitorização.

No território educativo da Maceira.

Neste momento a Maceira não tem oferta de secundário, conforme está no documento inicial, alterámos isso. Em Marrazes, página noventa e dois, estão incluídos os restantes jardins de infância da rede privada da freguesia, fazem parte da rede também, e estão incluídos neste momento no novo documento. É a situação de oferta privada.

Em Pousos, página cento e nove.

Temos duas situações também: ou o Centro Educativo autónomo, ou a ampliação que já tinha sido falada, da Escola EB 2/3 Dr. Correia Mateus.

Na página cento e dezoito, território educativo de Santa Catarina da Serra.



Manter a EB1/Jardim de Infância de Vale do Sumo, porque não estava prevista esta manutenção. Estas são as alterações previstas em relação ao documento anterior.

Introduzimos novos pontos neste documento.

- Um capítulo sobre Educação Especial - crianças com necessidades educativas especiais em salas Teach.;

- A questão do Ensino Secundário: considerações gerais, caracterização e oferta actual. Introduzimos um capítulo sobre a formação ao longo da vida, com as questões do Ensino Recorrente e considerações gerais sobre o tema, sobre Formação Profissional;

- Um outro item que introduzimos: considerações gerais, caracterização e oferta;

- Ensino Superior, considerações gerais, caracterização e oferta actual do Ensino Superior, e ainda, considerações gerais quanto aos transportes escolares e aos estudos pormenorizados que é preciso desenvolver nesta área, para uma rede concelhia de transportes escolares, e não termos apenas a rede pública de transportes ao serviço de toda a população.

- Acrescentámos quatro anexos ao documento:

- Uma síntese das intervenções propostas, em que se tem uma leitura de todas as intervenções, definindo as prioridades e as alternativas, como vêm no Quadro Síntese de Intervenções Propostas;

- Um quadro anexo, com as crianças com necessidades educativas especiais do 1º ciclo, por escola, documentos que a Direcção Regional nos ia já solicitando.

- Um quadro com crianças no pré-escolar, com necessidades educativas especiais, por jardim de infância,

- Um quadro com o Pessoal Docente e Não docente, por escola e jardim de infância.

São os anexos que se introduziram a mais, além dos que já existiam neste documento novo.

Estas são as alterações introduzidas no documento e é esse documento que vos foi entregue, e que eu aqui resumi o mais que pude senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Eu penso que nós temos que responder às perguntas postas pelos senhor deputado Carlos André.

Nós pensamos que, salvo melhor interpretação, a proposta continua a ser uma proposta da Câmara Municipal de Leiria. Foi discutida na última sessão ordinária,



mas os membros da Assembleia entenderam por bem, que se convocasse uma nova sessão, uma Assembleia Municipal extraordinária, no sentido de dar não só aos senhores deputados, mas também aos elementos do público, que assim o entendessem, a oportunidade de dar o seu contributo de sugestões e propostas de alteração a este documento.

Houve um problema em termos de calendário, porque o documento tem que ser aprovado rapidamente, para que se possam candidatar aos fundos comunitários, como foi dito. Portanto, tendo em conta que isto é uma atribuição da Assembleia Municipal, que pode ser enquadrada nos parágrafos primeiro e terceiro do artigo 25º do nosso Regimento, em qualquer deliberação que tomemos nós vamos apreciar, discutir e deliberar. Poderão ser introduzidas alterações. Eu não sei como é que isso possa alterar o nosso procedimento.

Eu acho que aqui, nós temos que considerar que a Câmara nos entregou um documento, que foi aprovado na generalidade. É um documento de base. Agora, nós temos o direito, e penso que é da prerrogativa da Assembleia, introduzir alterações. Por exemplo, quando nós discutimos um documento sobre as taxas, seja qual for a taxa ou impostos municipais, nós temos o direito de aprovar alterações à decisão da Câmara. Eu não sei se isso obriga depois a Câmara, também a tomar uma decisão sobre o assunto. Mas de qualquer modo, se é da competência da Assembleia aprovar este documento, nós temos a competência de o aprovar, com todas as alterações que sejam consideradas necessárias e aprovadas pela maioria.

Há alguém que sobre este assunto se queira pronunciar?

Faça favor senhor deputado José Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

É só para afirmar que estou inteiramente de acordo com aquilo que disse.

É que se trata de um documento que é uma proposta da Câmara, mas é uma competência da Assembleia Municipal. E como não há aquela prerrogativa, em relação aos planos de actividade, de que temos que aprovar ou rejeitar, nós podemos fazer todas as propostas, e por acaso eu até tenho propostas para fazer.

E portanto, o que é que eu proponha:

É que ele deve ser discutido na generalidade e depois discutido na especialidade, e proponha ainda que até pudéssemos analisar território educativo a território educativo.



Já que passámos a esta assembleia e se rejeitou aquela ideia que me parecia ser a melhor, que era antes da sessão extraordinária, constituirmos uma Comissão para, na base daquilo que fosse o debate, junto das associações de pais e comunidade educativa, podermos em comum trocar opiniões e eventualmente elucidarmo-nos uns aos outros acerca da bondade das propostas de cada um, a verdade é que, acabámos por remeter para uma extraordinária, em debate em plenário, tudo aquilo que pensamos acerca disto, incluindo na especialidade.

Daí que, não há outra alternativa senhor Presidente, que é dar a palavra na generalidade e depois aceitar propostas na especialidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós teremos que o fazer, mas devo dizer já senhor deputado, que a Mesa não está disposta a deixar prolongar este debate *ad infinitum*. Temos que estabelecer algumas regras. Já foi discutido abundantemente na última sessão, e foi aprovada também essa metodologia, que os membros da Assembleia fariam chegar as suas propostas em tempo. Aliás, foi dada uma data, julgo que até ao dia nove.

Naturalmente que vamos abrir a discussão e depois veremos em que é que dá.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senho Presidente, o que é que ficou combinado? Entregar aos membros da Assembleia, o resultado do debate! Entregou-se?

Como é que se podem fazer propostas sem ter em conta esse resultado?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Desculpe senhor deputado, mas não foi isso que ficou combinado.

O que ficou combinado foi que, depois, seria redigida uma alteração a esse documento inicial, que seria enviado para todos os deputados. E foi isso que foi feito!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Então, se nós somos aqueles que temos que em definitivo, em última instância, decidir sobre um documento, desconhecemos a opinião expressa pela comunidade educativa, pelas associações de pais, pelas populações?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Esses esclarecimentos poderão vir a ter lugar durante a assembleia...



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Eu se quiser fazer propostas, por exemplo, apenas para lhe dar a indicação, só tomei conhecimento que a Loureira estava em oposição a essa proposta, porque de facto consegui obter essa informação por parte do senhor vereador. De contrário não conheceria. Como é que eu podia aqui, se quisesse expressar essa vontade ou dar conteúdo, dar seguimento àquilo que é uma preocupação das populações nesse aspecto? Se eu não a conheço?

Desculpem, mas é assim! Temos uma assembleia extraordinária. Não tenhamos pressa. Porque é que é tanta pressa?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não! O que nós temos é o compromisso de votar hoje este documento e aprová-lo ou rejeitá-lo.

Então vamos começar a debater os aspectos gerais deste documento, e até os específicos se for o caso, e abríamos as inscrições neste momento.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, do Partido Socialista.

Muito boa noite a todos!

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, estimado público.

Gostaria de começar por saudar todos quantos reflectiram sobre a 1ª versão da Carta Educativa e, com sentido cívico, enviaram à Câmara Municipal os seus pareceres e alternativas. Temos conhecimento que houve Juntas de Freguesia, Associações de Pais, Agrupamentos de Escolas e cidadãos que se empenharam na busca de soluções mais equilibradas para os territórios que habitam e com os quais se identificam, demonstrando quanto foi justa a nossa proposta de adiar a votação da Carta Educativa nesta Assembleia, proporcionando (embora mesmo assim limitado) um tempo suplementar de debate sobre esta importante questão.

Gostaria, igualmente, saudar a Câmara Municipal, em especial os serviços do pelouro da Educação, por terem incorporado, nesta nova versão, algumas das nossas sugestões quanto a informação diagnóstica da realidade educativa do Concelho que, sem dúvida, enriquecem o documento. Refiro-me, por exemplo, aos dados relativos aos ensinos especial, recorrente, secundário e superior em que se foi um pouco mais longe do que o 1º relatório, feito à escala intermunicipal o qual, estranhamente, só está disponível on-line, no sítio da Câmara de Ourém.



Também julgo oportuno sublinhar que a postura política desta bancada do Partido Socialista tem pretendido, sempre, ser construtiva, nomeadamente numa questão transversal e estruturante do desenvolvimento sustentado do nosso Concelho, como o é o sector da Educação. Com isto, contudo, não se infira que abdicaremos do registo da diferença democrática sempre que tal corresponder às nossas convicções de coesão social e territorial ou de defesa da qualidade do serviço público.

Esta versão da Carta Educativa é, sem dúvida, melhor do que a anterior, mas continuamos a não entender qual é o seu objectivo estratégico para o Concelho. Para a Câmara Municipal é, como se diz na página 142, "*Uma Carta Educativa de Equipamentos de Educação e Ensino de Leiria*" ou, mais aprofundadamente, um "instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo (...) tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município" como está escrito nos textos orientadores do Ministério da Educação desde o ano 2000 e, depois, plasmado no Dec. Lei n.º 7/2003 ?

Achamos que a definição do conceito ajudará a aferir da maior ou menor relevância deste documento e as expectativas que nós e a Vereação temos quanto ao seu impacto.

Em nosso entender é curta a visão de quem queira reduzir a Carta a um mero instrumento de gestão de edifícios ou um modo expedito de candidatura aos Fundos Comunitários.

Dito de outra forma, uma Carta Educativa deve ter as pessoas no centro da sua preocupação, sendo o parque escolar apenas o suporte para que esse serviço seja exercido de forma competente e facilitadora da qualificação de recursos.

Disse e repito, que esta versão da Carta, na generalidade, está melhor do que a anterior e, só isso, é já um facto assinalável.

Todavia, subsistem erros, dúvidas e omissões que gostaríamos ver esclarecidas ou superadas.

Eis alguns exemplos:

DEMOGRAFIA:

a) Ninguém acredita que no ano de 2014-2015 a estimativa de população a escolarizar, em todos os ciclos de ensino, seja, na freguesia de Leiria, quase o dobro do que nos Marrazes, conforme está expresso no Quadro 2 da página 35.



Será, também, plausível que a freguesia da Maceira, nesse ano, represente 7,5% da população a escolarizar e que Pousos se quede nos 4, 32% ?

Ou, ainda, como se observa no quadro seguinte, já referente a Territórios Educativos, em que o peso relativo atribuído à população a escolarizar em Leiria seja de 25% e a toda a área englobada no Território Educativo de Marrazes seja só de 21% ?

Só quem não conhece o terreno, as expectativas construtivas nessas zonas, a procura de habitação ou as contingências do PDM em vigor, poderá afirmar tais coisas.

b) Julgamos, assim, poder considerar questionável a credibilidade dos dados demográficos em que o estudo se baseou, talvez tendo por referência o saldo positivo entre os dois últimos Censos, inevitavelmente com desactualização de 6 anos, o que neste caso é muito significativo. Também suspeitamos que a contagem de alunos terá sido feita nas escolas que, agora, frequentam, sem cruzar esses dados com a localidade da sua origem o que, a ser assim, poderá distorcer todos os cálculos.

c) Registamos, igualmente, algumas contradições entre as estimativas da população e a oferta educativa:

Leiria cujo aumento demográfico será de 16% nesse intervalo temporal, parece diminuir a sua oferta de 1º Ciclo, como bem observa a Associação de Pais do Agrupamento D. Dinis.

Nesse mesmo Agrupamento, a escola EB2/3 D. Dinis cuja taxa de ocupação actual é calculada em 105,95% no estudo da AMLEI, não tem prevista, na Carta, qualquer intervenção nas suas instalações.

Nos Parceiros cuja Junta de Freguesia prevê um crescimento exponencial da população residente, talvez, para o dobro em 10 anos são contemplados com um lacónico "*manutenção da situação actual*", como se pode ler na síntese da pag.144.

Ainda nesta análise prospectiva demográfica, parece-nos muito curto o horizonte temporal de 7 a 8 anos, sabendo-se que uma só leva de alunos cumprirá a escolaridade obrigatória em apenas 9 anos. Em pouco tempo, todo este esforço de planeamento poderá revelar-se inútil.

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS:

Logo na página 17 é transcrito conceito de Território Educativo que, entre outras premissas adianta:



“Espaço geográfico que assegure o cumprimento da escolaridade obrigatória . (...) O T.E. integra , portanto, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.” Não poderíamos estar mais de acordo. No entanto, nos quadros de definição dos Territórios Educativos do Concelho (pág. 39 e seguintes) há questões que impõem outra sensibilidade que não apenas as divisões administrativas das freguesias ou a aparente conexão geográfica. Apenas um exemplo: Faz sentido que Azoia, Mouratos ou Pernelhas estejam incorporados no Território da Barreira cuja escola nuclear é a EB José Saraiva? Não há muito maior identificação e proximidade com a Maceira ? Esquecem-se que entre estes lugares e aquela escola nuclear, há uma cidade que cresce e uma estrada nacional de segurança complicada?

Como diz o texto da Carta Educativa acima citado, as escolas têm uma função importante no **ordenamento do território**. São âncoras de fixação, de estruturação urbanística com qualidade de serviços e de apoio aos movimentos pendulares das pessoas entre a casa e o trabalho. Mas, contrariamente ao enunciado, algumas das soluções apontadas, não têm em conta esta realidade humana tão importante. As freguesias urbanas sobretudo as de Leria, Barreira, Parceiros Marrazes, Pousos e até Barosa ou Azoia, devem ter soluções articuladas entre si, que permitam qualificar essas áreas expansivas e dotá-las de serviços em rede. Por exemplo: faz todo o sentido que nas sedes destas freguesias existam escolas de qualidade que evitem quer a desertificação diurna desses lugares quer, simultaneamente, desincentivem, os pais a trazerem os filhos para as escolas sobrelotadas da cidade. Esta perspectiva, que se pode aplicar à Barreira/Telheiro, Parceiros ou Pousos, não está claramente consignada no documento que estamos a analisar. Nos Pousos é errado pensar que o Centro Educativo da Touria, em construção, possa substituir o papel de uma instalação similar na sede da freguesia e para a qual há local disponível, junto à zona desportiva, contrariando o que é dito, na pág. 110, sobre a necessidade de aquisição de terreno.

Não faz sentido, na perspectiva do ordenamento, falar-se da hipótese da construção de um Centro Educativo na Azoia sem equacionar idêntica solução para o núcleo central de Parceiros, com óbvia classificação de 1ª prioridade.

Nesse contexto integrado, as anunciadas propostas de construção de duas EB 1/2/3 na zona urbana, merecem o nosso apoio. Uma nos Marrazes que dê resposta ao crescimento previsto no Plano de Leiria norte desde a Nova Leiria até aos Pinheiros e



uma outra na zona Este da cidade que possa solucionar os problemas de sobrelotação, a curto prazo, das escolas do Território Educativo da Barreira, nomeadamente na zona da Guimarota, Quinta do Taborda e S. Romão, alivie a pressão sobre a EB 2/3 D. Dinis, garanta uma gestão integrada da procura em povoados como o Vidigal, do Território Educativo dos Pousos e crie ali, um pólo educativo agregador.

Talvez esta boa novidade possa fazer deitar fora a peregrina ideia de - desculpem o termo- “enfiar” 200 crianças no edifício do CEL, onde, em tempos funcionou o centenário Liceu Rodrigues Lobo, como se insiste nesta versão, na pág. 84.

Ainda a propósito de novas construções, em nenhum local desta Carta Educativa, vimos uma definição objectiva do que é um Centro Educativo que, para se afirmar como melhor alternativa pedagógica deverá prever, além das salas de aula, espaços polivalentes adequados às novas exigências do ensino, nomeadamente salas TIC, campos para prática desportiva, locais para as actividades de prolongamento de horário e obviamente para refeições. É que, não nos podemos esquecer, estas crianças passam 8, 30 horas por dia, na escola sem aqui contabilizar os tempos de deslocação, pelo que há que dotar estes Centros do conforto e da funcionalidade necessária.

No texto referente às freguesias rurais há, também, incorrecções que devem ser revistas. Não se percebe a razão do encerramento do Jardim de Infância na sede de Freguesia do Souto da Carpalhosa indicando como alternativa pública o Jardim de Infância do Picoto como se observa na pág. 66 e na síntese da pág. 145. Isso obrigaria os pais da sede de freguesia ou a colocarem os seu filhos na Instituição particular lá existente, obviamente mais cara, ou a dirigirem-se, se tiverem transporte próprio, uns quilómetros para norte em direcção ao Picoto, num movimento contrário ao normal fluxo das populações em direcção a Leiria.

Outros casos idênticos persistem nesta versão da Carta Educativa.

Nesta secção dos Territórios Educativos há também vários pequenos lapsos que é preciso corrigir. Aponto, a título ilustrativo, o quadro 89 da página 99 onde se diz que o Jardim de Infância de Outeiros da Gândara será para desactivar e é indicado como escola receptora exactamente o mesmo Jardim de Infância de Outeiros da Gândara. Já agora, não levem a mal o reparo, mas Almuinhas, devido ao seu étimo árabe, escreve-se com O e não com U tal como se lê em vários passos do texto.

TRANSPORTES:



Na secção de considerações finais, na pág. 142, é afirmado que " *Embora não tenha sido objecto de estudo, a questão dos transportes coloca-se com acuidade.*"

Com este aviso ficamos preocupados.

É a pedra de toque de todo o processo de reordenamento do parque escolar e do processo de concentração em Centros Educativos. Sem alternativas válidas de transporte não há argumento que legitime qualquer encerramento de escolas. É fácil escrever que se fecham as 19 escolas de lugar único (1 professor para todas as classes) e que esses alunos serão deslocados para um Centro Educativo com melhor gestão de recursos humanos e materiais. Mas tudo isto deixará de ter sentido, tudo isto não passará de uma mera carta de belas intenções, se não existirem transportes com horários adequados e condições de segurança em que os pais confiem.

Veja-se, o mau exemplo a que são sujeitos os meninos de 6 ou 7 anos da Magagia, que esperam o autocarro à beira da estrada, sem abrigos de passageiros e sem segurança, desde que foram transferidos, em 2006, para a EB 1/2/3 de St.^a Catarina da Serra! Qual pai fica sossegado com esta situação?

O que pode a Câmara fazer e garantir na estruturação de uma boa rede de transportes?

OMISSÕES:

Algumas omissões registadas nesta Carta Educativa do Concelho constam do estudo encomendado pela AMLEI e sugerimos que aqui sejam incorporadas, depois do adequado tratamento.

Refiro-me, entre outros, ao número de estabelecimentos com oferta de serviço de refeições, o número de estabelecimentos com oferta de ATL, a taxa de ocupação das escolas ou da grelha relativa ao estado de conservação dos edifícios. Já agora, nesse estudo, é apontada, na pág. 11, a data de inauguração do novo edifício da Secundária Rodrigues Lobo em 1958 quando foi de facto de 8 de Outubro de 1965 !

Para além destas omissões há outras vertentes do diagnóstico que não conseguimos encontrar em nenhum destes documentos. A saber:

Taxa de analfabetismo no Concelho, é baixa ou alta?

Habilitação média dos residentes em Leiria?

Rácio de alunos/funcionários nas escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância?

Recursos pedagógicos existentes e projectos em curso.

Prioridades de investimento e parcerias a privilegiar.

Fluxos pendulares diários no Concelho?



Tempo médio dos vários circuitos de transportes públicos a operarem entre nós? Finalmente, uma palavra para o previsto processo de monitorização e avaliação citado nas págs. 139 e 140. Julgamos que é necessário definir com outro rigor, quem conduz esse processo, qual o papel desta Assembleia no seu acompanhamento e nos respectivos planos de acção, como decorre o processo de recolha regular de informação e por último quem o avalia. **No texto apresentado toda essa definição é demasiado vaga.**

Como já afirmámos anteriormente, entendemos que este tipo de documentos contém uma vertente estratégica fundamental para um desenvolvimento equilibrado e humanizado do nosso Concelho.

Procurei e li a maioria das Cartas Educativas Municipais do país disponíveis na Internet e verifiquei que, no que respeita a Leiria, há aspectos insuficientemente trabalhados. Observa-se, comparativamente, que este nosso documento foi elaborado por técnicos com formação distante das ciências humanas e com sensibilidade pouco apurada para este sector, só superada, em parte, pela colaboração dos competentes serviços educativos da Câmara Municipal.

No entanto, apesar dessas lacunas, constitui uma oportunidade para conhecermos mais o nosso meio envolvente, identificarmos desafios e ameaças, envolvermos as populações no debate dos seus problemas e planearmos um melhor futuro para Leiria.

A sua análise e futuro acompanhamento merece o nosso total empenho e sentido de responsabilidade.

Daí, este nosso contributo. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Depois do deputado do Partido Socialista, Pedro Biscaia, se ter pronunciado sobre questões de pormenor, em relação a este texto, eu gostaria de fazer duas ou três considerações mais de fundo.

Mas antes de mais, gostaria de me congratular pelo sucesso em que se traduziu a decisão sensata, tomada na última Assembleia Municipal, de adiar a discussão da



Carta Educativa. Provou-se, que quando há bom senso e quando há abertura para o bom senso, coisa que nem sempre acontece, o resultado vale pena.

De facto, ao longo destas semanas, houve debate menos porventura do que aquele que deveria ter havido, houve contributos, o senhor vereador do pelouro de Educação aqui o referiu, menos porventura do que deveria ter havido.

Permita-me que lhe diga senhor vereador, em relação àquele seu pormenor irónico, que só recebeu propostas de um deputado municipal. Os deputados municipais fazem propostas aqui e fazem propostas fora daqui. O deputado Pedro Biscaia, na última Assembleia Municipal, ao contrário do que possa dizer-se e basta ler a acta, a seu tempo ela será divulgada, apresentou aqui variadíssimas propostas. Não teve que as entregar por escrito. Foram variadíssimas propostas e sugestões, como de resto fez hoje. E portanto, as propostas às vezes são formais, às vezes não são formais. As nossas intervenções constituem as mais das vezes, também, propostas concretas de alteração dos documentos.

Mas houve de facto propostas, como disse, porventura menos do que deveria ter havido e houve inequivocamente (corroboro aquilo que o deputado Pedro Biscaia acaba de afirmar) contributos decisivos para a melhoria da Carta Educativa.

A proposta que temos hoje aqui apresentada e folgo em saber, porque isso não nos foi dito, eu fiz a pergunta candidamente, não tinha nenhuma ironia, quando no início perguntei que resposta era esta e de quem vinha. É porque, desculpar-me-á senhor Presidente, mas não vinha dito. E como nós não temos acesso aos documentos da Câmara Municipal e ainda que tivéssemos, não constava que este documento tinha sido consensualmente aprovado em sede de Câmara Municipal, precisávamos que isso fosse dito aqui. Foi dito aqui pelo senhor vereador que, a proposta, foi presente a sessão de Câmara Municipal e aparentemente terá sido objecto de aprovação consensual. Mas precisávamos de o ouvir aqui dizer.

Portanto, ao longo de todas estas semanas, este documento foi francamente enriquecido e por isso nos congratulamos, e congratulamo-nos tanto mais quanto fomos nós, não apenas nós, houve pelo menos um deputado de outra bancada que fez a mesma proposta, da bancada do PSD, mas nós fomos daqueles que nos pronunciámos favoravelmente e insistentemente, no sentido do adiamento desta discussão.

O trabalho realizado, como disse foi positivo e eu diria bastante positivo, tendo em conta que o trabalho que conduziu até ao documento na versão anterior, foi um



trabalho, como na altura foi dito aqui, realizado por uma empresa, a quem foi pago esse serviço. Desta vez, a parte de leão do trabalho, foi realizada pelos serviços da Câmara Municipal. E portanto, é francamente positivo que os serviços da Câmara Municipal, tenham assumido esta tarefa, tenham aceitado esta incumbência e tenham resolvido uma parte, não toda, como a seguir se dirá e como já se viu na intervenção do deputado Pedro Biscaia, uma parte considerável das lacunas que o documento anterior tinha. Houve empenhamento dos serviços e houve também, não totalmente, mas houve sensibilidade às críticas feitas na Assembleia Municipal. Continua a faltar, a culpa não é dos serviços da Câmara Municipal é da empresa que gizou o documento na sua primeira versão, e no que dessa versão resta neste documento, continua a faltar criatividade. Eu dou um exemplo para demonstrar que falta criatividade.

Comparem este documento com o documento que está disponível no site da Câmara Municipal de Ourem, em relação à mesma Carta Educativa, e vão ver que há muitas páginas que são iguais. Há muitas páginas que se repetem e os concelhos não são iguais. São concelhos com características diferentes, são concelhos sociologicamente diferentes, são concelhos culturalmente diferentes, são concelhos territorialmente diferentes. Portanto, é pouco aceitável que se queira fazer o sistema de corte e costura, ou copy/ paste, desculpem-me o anglicismo, para fazer um documento desta natureza. Devia haver mais criatividade.

Há em todo o caso, um conjunto de questões negativas que eu gostaria de sublinhar. Sabemos que aquilo que distingue os portugueses negativamente, em relação à Europa, tem sido afirmado sucessivamente e não é novidade para ninguém, é a baixa qualificação dos nossos recursos humanos. Temos um sério défice desse ponto de vista. Qualquer documento que se ocupe de estratégia educativa no nosso País, seja a nível nacional seja a nível regional, seja a nível local, como é o caso, deveria ter como ponto central de reflexão esse défice de qualificação que caracteriza Portugal, e portanto, não deixa também de caracterizar a nossa região.

Ora, acontece que este documento não diz uma palavra a esse respeito.

Dito de outra forma: Este documento, não faz qualquer reflexão sobre a questão da Educação em si.

Qual é o rumo que se pretende para o sistema educativo, à escala do Concelho de Leiria?



Quais são os desígnios do sistema educativo concretizado à escala do Concelho de Leiria?

Qual é a estratégia educativa, que se pretende para o Concelho de Leiria?

Não quer dizer que isso fosse, porventura, o mais importante na Carta Educativa, mas entendeu-se esta Carta Educativa como um documento de carácter geográfico, talvez não tanto até como devia ser, como um documento de carácter demográfico. Lido por especialistas nessa área, devo dizer-lhes que não está bem feito como um documento que tem a ver com construções de escolas. Mas qual é a estratégia educativa que está subjacente a este plano de construções?

Qual é a estratégia educativa que está subjacente ao desenvolvimento do mapa como ele é aqui apresentado? Não se diz uma palavra a esse respeito, simplesmente porque não há reflexões a esse respeito e era necessário que houvesse reflexões a esse respeito, era necessário que este documento não ignorasse (porque ignora) as características da nossa região. Não há uma palavra em relação às características da região. Quais características? É uma região empreendedora, uma região com fortes potenciais no âmbito do mercado de trabalho, é uma região centrípeta em relação a todas as regiões que a envolvem, é uma região marcada pelo desenvolvimento empresarial, não pode conceber-se uma estratégia educativa para o Concelho de Leiria, sem ter presente esta realidade. E perdoar-me-ão, uma Carta Educativa deveria ter uma introdução, um preâmbulo longo, que fizesse justiça a estas características do Concelho de Leiria e assim documentasse uma estratégia educativa para o Concelho de Leiria, porque a partir do momento em que isso não existe, fica diluída uma ligação que deveria estar acentuada e não está, está diluída, a ligação ao QREN, porque o QREN tem na qualificação de recursos humanos, um dos seus eixos fundamentais. E porque não há uma ligação ao QREN, forte, essa característica não está marcada neste documento.

Além disso, esta Carta Educativa é, valha a verdade, pouco ambiciosa. Deixa perceber (isto é uma conclusão que tiro) que a Educação não é uma estratégia para a Câmara Municipal de Leiria. Um exemplo simples, já foi citado pelo deputado Pedro Biscaia:

Quando se pretende encaixar (eu uso a palavra sem quaisquer subterfúgios) duzentas crianças naquele velho edifício e apresentar isso como um projecto para os próximos dez anos, valha a verdade, não estamos a falar de uma estratégia educativa para o Concelho de Leiria. O que significa que, resulta daqui uma colagem



de vários elementos, bem feita sem dúvida, que pressupõe muito trabalho sem dúvida, mas que trata esses elementos como ilhas e não como partes de um todo. Finalmente, citei aqui, na minha intervenção na Assembleia Municipal anterior, um aspecto onde me parecia que o documento era lacunar e que tinha a ver com o Ensino Superior.

Foi dito, na altura, não em resposta à minha intervenção, mas foi dito que o Ensino Superior não é uma competência do Município e portanto não tinha que figurar na Carta Educativa. Não obstante isso, e faço a justiça aos serviços da Câmara Municipal, à Câmara e ao senhor vereador, o Ensino Superior que ocupava uma linha na Carta Educativa que foi aqui apresentada, passa a ocupar salvo o erro, duas páginas, no documento que agora nos é entregue. Portanto, também nesse aspecto melhorou. Mas também devo dizer-lhes, que devia ir mais longe, justamente em nome daquilo que sublinhei ser a definição de uma estratégia para o Concelho de Leiria, e para o Concelho de Leiria enquanto centro de uma região, porque há uma tendência no Ensino Superior e está definida nos estudos daquele que é o mais importante estabelecimento de Ensino Superior da nossa região, que é o Instituto Politécnico de Leiria.

O Instituto Politécnico de Leiria tem esses estudos. Definiu o futuro do Ensino Superior na região, através de um plano estratégico, que não é aqui mencionado. Bastava mencioná-lo e mencionar o plano estratégico do IPL, significaria colarmo-nos a ele e dizer, a nossa estratégia passa também por aqui. Mas esse documento estratégico é aqui absolutamente ignorado.

E finalmente, falta portanto, do ponto de vista da Educação, uma verdadeira articulação entre os vários sectores educativos e as necessidades da região. Essa, aliás, é uma pecha não apenas, devo dizer, deste documento, mas é uma pecha do nosso ensino em Portugal, a incomunicabilidade entre as várias áreas. O Ensino Básico comunica mal com o Ensino Superior e às vezes o pré-primário comunica mal com o Ensino Básico, enfim, há uma certa incomunicabilidade entre os vários sectores de ensino. Seria importante que quando se estabelece uma estratégia educativa para um concelho, essa estratégia passasse por definir melhor as regras de comunicação, por otimizar como hoje se diz, a comunicação entre os vários sectores. E essa comunicação não só não está otimizada, como está aqui claramente ignorada.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)

Boa noite a todos.

Cumprimento os deputados da Assembleia Municipal, a Mesa, a representante da Câmara, vereadores, a comunicação social e todas as pessoas aqui presentes.

Eu tenho um documento que de alguma forma vai explicar o meu sentido de voto e eu até passaria a ler, uma vez que chegaram à Junta de Freguesia inúmeras questões e eu procurei compilar este documento também de forma mais fácil.

Desde já, explicaria porque é que vou votar a favor e também para poder dar uma resposta cabal às perguntas que nos foram dirigidas:

Laura Maria de Sousa Santos Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, vota a favor na globalidade, a aprovação da Carta Educativa de Leiria – proposta de reordenamento da rede educativa /PROGITAP – Projectos de Arquitectura, Planeamento e Engenharia, versão agora apresentada com cento e cinquenta e uma páginas, manifestando com este texto a sua posição pública nas duas vertentes, como membro da Assembleia Municipal e como Presidente de Junta de Freguesia.

Até ao passado dia onze de Março, todos os parceiros poderiam enviar as suas propostas escritas e que esta versão já contém, com as devidas correcções, propostas ou sugestões, que foram oportunamente enviadas para inclusão no documento. Eu queria também agradecer, porque muitas dessas propostas chegaram também à Junta de Freguesia de Leiria, o que manifestamente me faz também crer que foi muito oportuno termos esta oportunidade para mais uma vez podermos reflectir, e no que se viu, houve na verdade melhorias significativas no documento. Aliás, mantém a caracterização. As freguesias pertencentes à cidade de Leiria inclui o grande grosso da zona urbana que é Leiria, Marrazes, Barreira, Parceiros e Pousos, onde se prevê um maior crescimento populacional do concelho.

Mantém também a definição do seu território educativo, que é uma nova designação, que abrange as freguesias de Leiria e Barosa e a sua escola nuclear que é a EB2 D. Dinis.



Pela área de influência que é reflectida nos agrupamentos verticais, isto é, as escolas José Saraiva, as escolas Dr. Correia Mateus e as escolas D. Dinis, podemos verificar que é nas freguesias de Leiria e Marrazes a maior concentração de estabelecimentos de ensino e onde só e tão só, apenas a Freguesia de Leiria tem um peso relativo face ao total de alunos que entram no sistema de ensino nos últimos cinco anos lectivos - 23,42%, e Marrazes, 12,28%. Aliás, o deputado Pedro Biscaia já fez aqui uma reflexão e eu na verdade quando li esta projecção, também me pareceu que poderá eventualmente haver aqui alguma correcção, com certeza na monitorização vamos verificar a discrepância, mas também concordo consigo, dá-me a impressão que há aqui digamos, uma elevação muito grande em Leiria e nos Marrazes faltará certamente também esse estudo mais consubstanciado. E tem uma maior estimativa da população a escolarizar no ano lectivo, exactamente no mesmo ano em referência, 2014/2015, sendo a Freguesia de Leiria de 23,9% e os Marrazes 12,2%.

Considerando ainda:

- Que o território educativo abrangido pelo agrupamento D. Dinis Leiria/Barosa, sendo Leiria a que tem um crescimento superior a todas as freguesias do concelho, tem como estimativa o maior crescimento da sua população escolar no ano lectivo de referência em 25%, tendo os Marrazes, logo de seguida, o seu valor também o mais evidenciado, 21%.

- E que, podendo publicamente pronunciar-me sobre a Carta Educativa de Leiria agora apresentada, sobre a escolha das entidades que a elaborou, a sua apresentação, a escolha dos parceiros, a própria composição do Conselho Municipal de Educação, sobre o qual também já me chegou uma questão relativamente a isso.

- Tudo o que falta estudar e colocar, que já foram aqui hoje dados vários contributos, que já tive a oportunidade de falar mais do que uma vez, pessoalmente, com o senhor vereador.

Não me parece que eu, nem como Presidente de Junta de Freguesia nem como membro da Assembleia Municipal, veja qualquer interesse em fazê-lo aqui publicamente, apenas queria centrar-me no capítulo "situação proposta" (o pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, território educativo de Leiria e os equipamentos propostos, capacidades propostas para o ensino escolar e 1º ciclo por estabelecimento), que propõe as alterações, bem como, nas alterações a efectuar à rede educativa e apenas no concerne ao pré-escolar e Jardim de Infância e 1º ciclo



do Ensino Básico, já que a proposta da construção da Escola Profissional de Leiria, para vinte turmas como primeira prioridade, é muito bem recebida.

Há também a referir a primeira prioridade - a requalificação da escola EB n.º 2 (a amarela, uma escola claramente sobrelotada), para o CEL, Centro Educativo de Leiria, portanto o antigo liceu, o ex-CAE, onde actualmente funciona a actual Coordenação da Área Educativa de Leiria, alargando-a para oito turmas, que neste momento tem quatro.

E em segunda prioridade - a requalificação/conversão da actual EB1/Jardim de Infância n.º 5, requalificação e conversão apenas em Jardim de Infância e os seus alunos do 1º ciclo, passarem a frequentar a Escola Correia Mateus, cuja descrição mais abrangente e indicativa, está na página oitenta e três e oitenta e quatro.

Há na verdade a considerar a hipótese alternativa, dado que esta já referida, a devo considerar como propostas precárias, de recurso, provisórias, que devem ser muito reflectidas antes da sua implementação e mesmo reequacionadas. E que, deve passar esta hipótese alternativa, de segunda prioridade para primeira, pela qual me vou bater, e que sim, esta creio que deverá responder às necessidades da zona urbana na tal rede educativa que tanto se fala, com condições de raiz e não de adaptação, a construção na zona Este e aquela também na zona Norte (pelos vistos temos ideias absolutamente idênticas) de uma EB 1,2,3, com capacidade para o 1º, 2º e 3º ciclos. E para mim, que tenho competência nas obras das escolas, em algumas obras de pequenas reparações, na verdade quando as escolas não são construídas de raiz, há um grande problema depois em as adaptar e de conseguir fazer tantas obras quanto as necessárias, para poder de facto dar resposta às necessidades.

A Freguesia de Leiria infelizmente, não tem o espaço físico nem condições para a construção de uma moderna e actual escola deste tipo. E por isso, dizer a esta Assembleia que, na minha qualidade de deputada municipal e para deixar bem clara a minha posição, vou votar favoravelmente um documento há muito esperado, um documento técnico. Tanto se argumenta que faltam estudos, que se deve estudar o problema, que se devem desenvolver estratégias fundamentais, que se devem fazer planos estratégicos e este é o primeiro. É um plano indicativo, é flexível e é de monitorização permanente, é imprescindível para que possamos como os outros, aceder aos meios necessários para melhorar a nossa Educação.



Não posso por isso deixar de agradecer e manifestar o meu apreço, a todos os que contribuíram para a sua concretização, pelo tempo e meios despendidos de muitos, sem qualquer contrapartida, que não fosse o de contribuir para um tema basilar e estruturante da nossa sociedade actual, e a todos aqueles que contribuíram para esta nova versão. Deixar uma palavra de apreço a um trabalho que foi aqui pouco relevado e que eu gostaria de relevar, ao representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação que tem uma missão difícil, o meu colega Manuel Carvalho, e ao sempre disponível vereador Dr. Vítor Lourenço, pelo acolhimento que tem dado a todos os assuntos que lhe coloco e que sei muito empenhado para que Leiria seja uma referência positiva no panorama educativo nacional e onde as nossas crianças e jovens, de facto possam receber a educação integral que merecem.

Como Presidente de Junta que sou e nesta qualidade que integro por inerência a Assembleia Municipal de Leiria, tenho também de manifestar a minha opinião. E devo manifestá-la também como tal, porque para mim seria muito mais fácil estar aqui só numa qualidade, eleita para defender e dar voz aos meus eleitores,.

E por isso, quero demonstrar publicamente a minha solidariedade, a todos quanto como eu, estão apreensivos quanto às alterações propostas, porque não queremos que estas propostas de alteração prejudiquem a educação das nossas crianças e jovens, que compliquem a já vida difícil dos pais de hoje, nem que sobrecarreguem as já congestionadas vias de acesso, bem como, o estacionamento disponível gratuito em Leiria. Também sou mãe, tive os meus três filhos a estudar em estabelecimentos públicos de ensino em Leiria, e só tenho bem a dizer.

Por tudo, mas principalmente por tudo o que temos conseguido fazer com o que dispomos, ultrapassando muitas vezes com o nosso trabalho e empenho pessoais, todas as barreiras, para que a nossa missão, quer sejam docentes ou não docentes e todas as pessoas que contribuem para isso, seja eficaz.

Como exemplo, desde o início do meu primeiro mandato, só neste ano 2006/2007, foi possível encontrar soluções para o serviço de almoços para todas as crianças da freguesia. E é neste contexto de dificuldades, de desafios, mas também de agradecimento a todos quantos nos apoiam na educação dos nossos filhos e nos ajudam. Creio que, o melhor exemplo que lhes podemos dar, é lutar sempre por um futuro melhor.

Espero igualmente que, impere também o bom senso no sentido da implementação de soluções viáveis e racionais. Mas peço, já no próximo ano 2007/2008, a quem



decide sobre as matrículas nos estabelecimentos de ensino de Leiria, que o faça tendo em conta as disponibilidades dos equipamentos existentes e só com isso se resolverão e minorararão muitos dos problemas que a sobrelotação dos estabelecimentos de ensino criam, para que, não com os dados existentes mas com os que deveríamos ter, se possa de facto dar seguimento a estas propostas ou outras que vierem a ser enquadradas, que visem a melhoria das condições dos actuais estabelecimentos de ensino de Leiria. E eu aqui refiro-me até ao concelho, porque na verdade a rede que está em apreciação é do concelho, porque a sobrelotação das escolas não promove a qualidade da educação, nem nos ajuda a reflectir e a implementar soluções, dado que passamos o tempo a gastar os meios e a tapar buracos e não a estruturar o dia de amanhã.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Boa noite a todos!

O presente documento carece da apresentação do programa de execução assim como do plano de financiamento, pela ausência de uma calendarização dos projectos, bem como de um cronograma financeiro de execução.

Vejam-se a este respeito e não só, quando devia ter sido feito e a título indicativo, as cartas educativas de Salvaterra de Magos (das primeiras a ser aprovadas) e a de Matosinhos, bem como, aqui tão perto de nós, a de Ourem, já que, não é com a apresentação genérica de financiamento, não indicando os projectos das obras nem os seus valores, nem os prazos, etc., que se cumpre o disposto no artigo 18º do decreto-lei n.º 7/2003, que define o conteúdo da Carta Educativa.

Deste modo se pode concluir que não se constitui, de acordo com a lei vigente, como uma verdadeira Carta Educativa. O mesmo não consagra, tal como devia, a caracterização sócio-geográfica do Concelho de Leiria, encarando como um todo artificial, sem ponderar as disparidades existentes entre as diversas freguesias, nomeadamente em termos de caracterização sócio-espacio-populacional das freguesias e bem assim, no que se refere à faixa etária das populações, actividade dominante, caracterização dos agregados familiares, outras infra-estruturas sociais



de apoio, rede viária, transportes e acessibilidades, situação que parece ferir de morte qualquer tentativa de planeamento.

O encerramento de escolas em locais isolados, que se encontram fragilizados em termos de transporte, vai agudizar o isolamento dessas comunidades, uma vez que a escola acaba por funcionar a, como polo agregador da sua vida social e cultural, dinamizando as próprias comunidades com as actividades escolares e até fazer muitas vezes dos professores, auxílio no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas, tais como preenchimento de documentos, leitura de cartas, forma de aceder a serviços, etc.

A concentração dos alunos em grandes centros educativos, por se poder trazer uma forma de massificação, levanta-nos preocupações ao nível da personalização do ensino, tão necessária em contextos como os do 1º ciclo do Ensino Básico (refeitórios, pavilhões multiusos, salas polivalentes, espaços de convívio). Onde se encontram estes nos centros educativos?

Não estão contidos no documento, quais as opções do plano que se referem à formação, quer em relação às necessidades formativas, isto é relativamente à procura de alunos e formandos, quer em relação à oferta formativa a funcionar nos estabelecimentos de ensino, ao contrário do que acontece próximo de nós na Carta Educativa do Concelho de Alcobaça, não sendo pois previstas, quais as opções de ensino disponíveis, nem quais as sinergias que podem ser potenciadas do ponto de vista de empregabilidade e de formação.

Não se encontram igualmente descritas, quais as opções no que se refere à política urbana, nomeadamente qual a possibilidade de edificação, número de aglomerados a poder ser instalados, estruturação ou reestruturação de redes viárias, tendência de implantação de serviços e/ou indústria, e conseqüentemente empregabilidade, o que dificulta uma análise prospectiva da população daquelas áreas. Limita-se de facto, a gerir escolas e alunos, como se fossem material de desgaste.

Existem imprecisões subjacentes referidas no próprio documento.

Não foram definidos critérios em concreto para a classificação do estado de conservação (nota na página onze do documento). Dos cento e oito estabelecimentos com oferta escolar, não foram fornecidos dados sobre o estado de conservação de cinquenta e sete equipamentos, o que significa que o documento em apreciação, abrange somente 47% dos equipamentos disponíveis (página onze também).



O diagnóstico surge com alguma profundidade para o pré-escolar e ensino básico. Porém, a situação referente ao ensino secundário, surge como bastante incompleta e abordada de um modo algo superficial.

O que deve ser feito? Superarem-se as enormes lacunas da actual Carta Educativa? Optar por uma solução que integre as estruturas existentes, tal como fez a Câmara de Matosinhos e como propõe a Câmara da Marinha Grande, em detrimento pela opção dos centros educativos?

Nos casos em que se opte por encerrar escolas, após fundamentação desse fecho, aproveitar os edifícios/espacos, para a implantação de centros comunitários ou de juventude, capazes de mobilizar e envolver a comunidade local, quer em actividades de cultura e lazer e/ou prevenção de comportamentos de risco por jovens e não deixá-los ao abandono ou ter a tentação de os vender.

Finalmente, não poderemos deixar de apoiar e fazemo-lo com bastante satisfação, face às posições assumidas e ao nível de militância social demonstrada, a posição da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola e Jardim de Infância da Guimarota, que fugindo a perspectivas economicistas propõe, face ao aumento populacional da zona e devido ao facto de ser a segunda maior freguesia de Leiria em número de habitantes e serem os residentes da Guimarota que vão engrossar as escolas amarela, branca, etc. da Freguesia de Leiria propriamente dita, e que chamam a atenção ao facto de não se dever desenraizar as pessoas, nem quebrar o seu sentimento de pertença da comunidade, entre outros aspectos, o não encerramento do 1º ciclo da EB1 da Guimarota, como prevê a Carta Educativa, e a realização de obras de ampliação, tanto mais que, esta Assembleia em Dezembro de 2006, aprovou que no orçamento de 2007, fosse permitida a ampliação da escola. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Esteves, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal.



Eu não queria de maneira nenhuma subestimar o trabalho dos outros, nem pretendo com isso e com algumas questões que vou colocar, pôr em causa digamos, o empenho e o trabalho e a dedicação certamente, da parte quer da Câmara quer dos responsáveis, em relação a encontrar as melhores soluções que pensam que são as melhores para o Concelho.

Mas eu gostava de dizer que há uma certa frustração. Não sou daqueles que penso que o que aqui veio é substancialmente melhor, que entre a solução anterior e a solução que agora se apresenta vai uma grande diferença, em termos de resposta às questões que nós pensamos que são as mais importantes. E há uma certa frustração porque, em relação às questões do debate, eu julgo que elas antes de vir para aqui, resultariam mais e melhor e com muito mais eficácia, no quadro de uma Comissão do que no quadro do plenário, porque a disponibilidade é outra para nos ouvirmos. E certamente teríamos em conta se calhar, as propostas e as ansiedades das pessoas, que também vão fazendo chegar as suas propostas. Não foi assim, agora julgo que é mais difícil em plenário, provavelmente não nos vamos ouvir, e era bom que pudessemos eventualmente tirar em relação a alguns aspectos, uma conclusão diferente daquela que ali está.

Nós fomos daqueles que fizemos propostas, não com a ideia de pôr em causa tudo, mas também dar a nossa contribuição no quadro de que, outros dariam também a sua opinião e com a nossa opinião e com a deles, se pudesse eventualmente melhorar o documento. Certamente que alguns se sentirão reflectidos naquela proposta, com alguma que fizeram, certamente que sim, eu também vejo ali uma ou outra escola que vai deixar de fechar (Marvila, Andreus, etc.), foi uma proposta que tinha na altura colocado.

Mas gostaria de dizer que, em relação às propostas que fizemos e as questões de fundo não foram superadas, tivemos algumas dúvidas de manter a nossa posição favorável a este documento. E fizemos estas propostas, até tendo em conta uma questão que é esta:

Nós temos um desacordo de fundo. É que, a perspectiva que ali está a prazo, em relação ao ensino básico particularmente em relação ao 1º ciclo, é o encerramento a prazo de quase metade das escolas. Naturalmente que, ninguém vai encerrar as escolas sem haver centros educativos alternativos, mas apesar desta reserva de fundo, que nunca pode ter o nosso aval, não deixámos de dar a nossa contribuição, no sentido de atenuar e de alguma forma também, irmos melhorando aquilo que



podia eventualmente na nossa opinião, ser uma má solução, particularmente para o 1º ciclo do Ensino Básico.

Eu julgo que esta proposta também, é uma proposta insuficiente e tem digamos, uma solução de fundo, que nós estamos em completo desacordo. É a solução da concentração e é na base da reconversão das actuais escolas EB2/3, em escolas 1/2/3 e as propostas que nós depois vamos colocar em coerência a esta linha condutora, da nossa parte é de reserva e de crítica em relação a esta solução.

Há alguns centros educativos (eu aqui já julgo que a solução é diferente e já merecia outro debate, se calhar temos que flexibilizar mais as soluções), em que eu tenho sérias reservas em relação a algumas soluções. Há escolas com setenta, noventa alunos, que vão fechar sem considerarmos o impacto nas comunidades, nas crianças e nas famílias e o que é que isso significa. Eu às vezes tenho alguma dúvida se quem faz isto está com atenção, se está sensível aos problemas dos outros.

Ainda há pouco aqui, dizia a senhora deputada Laura, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, que se calhar não teríamos problemas aqui no concelho, se porventura de outro lado não viessem para aqui, julgo que é o que ela queria dizer. Não era? Pronto, não era! Mas há quem pense assim. E como há quem pense assim, eu gostava de dizer o seguinte:

Mal de nós, se não percebermos que, há pessoas que vêm de outras freguesias que trabalham se calhar no Hospital e a única solução, digamos razoável e que lhe vai ao jeito da vida, seria trazer a criança, pô-la ali e levá-la depois ao fim do dia. E portanto, também temos que estar abertos a estas soluções e temos que encontrar as respostas para as pessoas. Isso é o nosso dever. Se não, não faz sentido. É desumanizar completamente isto, tratar burocraticamente a situação.

Em relação a esta questão, à solução/chave tanto para a zona urbana como para as freguesias, a reconversão das EB's 2/3 em 1/2/3, julgamos que é uma má solução.

E nós vamos fazer propostas para inviabilizar isso, até porque, as alternativas que lá estão, na nossa opinião apesar de tudo, eram melhores. E então, vamos inverter as prioridades. E depois, em relação a algumas situações, eu gostava de dizer o seguinte:

Eu conheço mais ou menos o que é que a DREC vai avançando e quer de alguma forma formatar, na sua orientação. Esta é a solução que o Governo hoje está a tentar impor. Agora, o problema é este: perante estas soluções que estão longe das aspirações das pessoas, e da consideração dos problemas das crianças e das



famílias, qual é o dever do Poder Local? É a troca da miragem do dinheiro do Quadro Comunitário de Apoio ceder a tudo, a essa perspectiva de concentrar e encerrar, ou é resistir? Ou é fazer cartas educativas que vão ao encontro das aspirações das pessoas? E é esta a questão!

Quando o PS diz aqui que havia de haver mais criatividade, pois devia! Mas havia de haver também menos directiva administrativa, do tipo "menos de vinte". Mas aqui por acaso, até vai muito mais longe. Já não é o critério administrativo dos vinte para encerrar, aqui já é o critério que vai até ao encerramento de escolas com cinquenta e sessenta alunos.

E portanto, eu gostava de dizer que o nosso desacordo é grande, em relação a esta solução de fundo e quando avançamos com as propostas, é mais no sentido de não deixarmos fixar já aquela decisão naquele sentido. E como há a promessa de acompanharmos e até no próximo ano podermos rever, eu acho francamente, sem estar a pensar ainda em dar tempo, em meditar, que para algumas soluções era melhor invertermos algumas dessas prioridades, de forma a não embarcarmos já nessa corrida louca de concentração e de encerramento de muitas escolas.

Depois, eu julgo que toda a gente percebe, que quando se fala que é vantajosa a massificação, como há pouco falaram, julgo que se referiam ao CEN de Leiria, por exemplo em relação ao Coimbrão, a gente fecha no Centro Educativo e dá duzentos e dezasseis crianças. Isto não é massificar? Isto não é arrancar das comunidades locais e das aldeias, gente que tem relações familiares, que pode encontrar uma relação diferente da que encontra? Eu tenho muitas reservas em relação a estas soluções!

As crianças quando vão para o recreio, não vão só duas ou três, vai a massa! A professora conhece duas ou três crianças, mas duzentas e dezasseis? Em Carvide? A Junta pode estar de acordo, toda a gente pode estar de acordo, mas permitam-me que ponha algumas reservas, que questione. E até digo mais: Quando os pais, souberem, de Moinhos de Carvide, pergunto se não irão questionar-se.

Diz-se que todas as pessoas tiveram oportunidade de saber, mas a maior parte das pessoas não tem noção, não tem consciência do que está aqui e das consequências na sua vida, se não reagem. Aliás, é o que acontece com a Saúde.

Nós andamos a dizer que eles querem fechar os SAP's, e quando se chega são sempre os mesmos a dizer a mesma coisa. Mas depois acontece e então reagem. Bem, aqui vão reagir depois.



Em termos de espaço/lazer, segurança. Nós precisamos de facto de reestruturar, não digo que não precisássemos de reestruturar, até os centros educativos julgo que eram boas soluções, mas há ali exageros que não são. Nós precisávamos de facto de, em relação a esta matéria, reflectir mais e ouvir mais e ouvir mais aqueles que já se pronunciaram. E a verdade é que, aqueles que se pronunciaram, não foram ouvidos. E agora meditem bem nas propostas que receberam, de facto pouca atenção tiveram.

Já agora, uma outra ideia.

Qualquer reorganização ou qualquer reestruturação, deve ter também algum consenso das populações a quem se dirige e temos que o tentar procurar. E eu não sei se isso está assegurado. Eu, por exemplo, estive ali a ver a solução da Maceira. Eu dou os parabéns ao Presidente da Junta da Maceira! Conseguiu que ficassem nos diversos lugares, as suas escolas. Tudo ficou no mesmo sítio! Ali foi uma boa solução, deixaram as escolas com os respectivos lugares. Mas aqui não, noutros sítios foi a solução da concentração. Certamente que a Maceira não vai ter problemas de reacção negativa em relação a esta Carta Educativa, quando ela for aplicada.

Deram-me opiniões em relação ao debate. Por exemplo a questão da Loureira. É claro que estão preocupados e com razão. Então vamos fechar a escola da Loureira?

Depois, eu julgo que era talvez mais fácil chegar aqui e fazer o discurso "eu estou contra, isto encerra, isto é concentração a todo o custo, o que querem é não gastar dinheiro com as pessoas, e vou votar contra". E pronto! Mas permitam-me também que tenhamos outro tipo de posição. Às vezes é mais aborrecida, é naturalmente mais difícil, corro mais riscos, porque as propostas que vou fazer em nome da CDU, podem eventualmente não ter e provavelmente não terão, o vosso acordo, admito-o, mas quero correr esse risco, porque acho que tendo em consciência de que há aqui uma linha de conduta, ou uma linha clara de orientação, eu não ficava bem se não pusesse em cima daquela mesa, a solução. É muito bom dizermos aqui em geral, que estamos em desacordo. Mas temos que encontrar alternativas e eu quero encontrar as alternativas, colocando cada um de nós com a responsabilidade de decidir. Claro que, não são propostas para resolver tudo e também tenho em conta o bom senso dos outros e que não tenho a razão toda naquilo que se coloca.

Já agora, dizer também que as principais propostas que fizemos, foi em relação ao território educativo dos Marrazes, em que há um grande défice de oferta.



O que está ali, de facto está invertido. Os Marrazes tiveram no último decénio, uma alteração substancial de vinte mil, foi a freguesia que mais cresceu. No documento, parece que é a freguesia que menos cresce (quase).

Bem, mas nós fazemos duas propostas:

Estamos em desacordo com a reconversão das EB's 2 e 3 e portanto, fizemos a proposta de duas escolas e mantemos. Nós fazemos planos directores municipais, em que inflacionamos a urbanização, triplicamos inclusive, mas depois não temos equipamentos

Em relação ao território educativo de Leiria, para dizer o seguinte:

Nós tínhamos feito uma proposta de uma nova escola, mas agora aparece aqui em parte pela Barreira. É uma solução, poderemos eventualmente aceitar essa. Agora por exemplo, a questão da ampliação da Guimarota, não faz sentido, porque temos ali estabilidade, as pessoas participam, as pessoas sentem-se bem, os pais estão interessados, temos ali uma boa solução e em vez de premiarmos isso, criamos a desestabilização? Isto faz sentido? Isto não faz sentido nenhum. Isto vem ao encontro do cortar a todo o custo!

Para terminar, dizer que só hoje, eu tomei conhecimento do plano de financiamento. Não porque houvesse alguma intenção deliberada, de não darem o plano de financiamento, mas porque houve aqui uma falha, como há noutros instrumentos que eu não tive.

E em relação a esta questão, eu estou convencido, que apesar de tudo, se pode ver uma estratégia. Ao contrário de outros, que não vêem nenhuma estratégia neste documento, eu vejo. É a estratégia da concentração, do encerramento das escolas a todo o custo, em nome de uma determinada política, que só tem como objectivo cortar o défice. E portanto, está aqui. Esta é que é de facto a estratégia que a Câmara assume, mesmo quando não está no poder em termos nacionais.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora a senhora deputada Ana Elisa Santos.



DEPUTADA ANA ELISA SANTOS (PS)

Ana Elisa Santos, deputada do Partido Socialista.

A minha proposta é uma proposta de alteração, na página cento e trinta e quatro, na área da Formação Profissional.

Ao nível do Centro de Formação Profissional de Leiria, falta toda a modalidade de formação de aprendizagem, ou seja, para jovens com o 9º ano, que sairão com o 12º ano. Falta também aqui, uma acção na formação de educação de adultos - serralharia civil - e também acho que deveria haver aqui na Carta Educativa, mais instituições com os seus programas de oferta formativa, está aqui o NERLEI, mas penso que poderíamos colocar também toda a oferta formativa da ACILIS, que tem bastante oferta formativa para os seus associados e para outras pessoas que queiram frequentar.

Quanto ao público, do Centro de Formação Profissional.

Não são só os desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, mas também os jovens a partir dos quinze anos, que estão aqui integrados na educação/formação de jovens desempregados, candidatos ao primeiro emprego, porque só a partir dos dezasseis anos é que se pode começar a trabalhar, conforme a lei do trabalho. E depois uma outra questão que eu acho que deveria vir aqui focada, que julgo ser muito importante para toda a região de Leiria, é que tanto o NERLEI como o Centro de Formação Profissional de Leiria, foram contemplados como centro de novas oportunidades, pioneiros no processo do secundário, ou seja, vão iniciar os seus processos destinados a adultos maiores de dezoito anos, sem o 12º ano de escolaridade e com três anos de experiência profissional, que poderão aumentar a sua qualificação profissional e ficar com o 12º ano. Era só isto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Agora tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Boa noite a todos.

João Cunha, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, a Senhora Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, ilustres Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Comunicação Social, distinto público.



Eu penso que a proposta de sensibilização que foi feita na última Assembleia Municipal, para que se desse uma maior atenção a esta questão da Carta Educativa, foi conseguida com a realização desta Assembleia, da forma como tem evoluído, transportando os contributos que foram dados pela sociedade civil e por todo um conjunto de organizações, que fizeram chegar à Câmara Municipal, esses mesmos contributos. Eu penso que isso foi um ganho, penso que nós devemos todos congratularmo-nos pela sensibilidade que a Câmara Municipal teve, em incorporar grande parte desses contributos e pela forma como os integrou, digamos assim, no conteúdo geral da Carta Educativa que estava a ser proposta, ou seja, conseguiu de uma forma geral, homogeneizar o documento com os contributos que entretanto foram dados.

Como é evidente, das múltiplas propostas que chegaram, umas são exequíveis outras nem tanto. De todo o modo, podemos dizer que no seu conteúdo geral, foram propostas que trouxeram alguma luz para o futuro que estamos aqui a tratar, sendo certo que, nomeadamente nalgumas freguesias e nomeadamente no território educativo de Leiria, há algumas questões que nos parecem que ainda carecem de um aprofundamento mais aturado, nomeadamente no que respeita à identidade dos agrupamentos educativos, que deve de alguma forma também ser preservada, dentro de um equilíbrio entre aquilo que são os recursos e aquilo que são as valências dos próprios estabelecimentos e também da sua relação com as comunidades. Mas eu penso que o senhor vereador da Educação, com a capacidade que todos nós lhe reconhecemos, no âmbito da monitorização deste documento, saberá ainda aprofundar essas linhas de consenso e de capacitação dos territórios educativos e portanto trazer ainda melhorias ao longo do tempo a esta situação.

De uma forma geral, aquilo que eu vos quero dizer é que o meu voto, é um voto favorável à Carta Educativa. O voto do PSD penso que também o será, porque é efectivamente um passo em frente feito pela nossa Câmara Municipal, em relação a este assunto. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu chamava agora o senhor deputado José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.



DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

Boa noite!

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, os senhores secretários, a senhora Presidente, os senhores vereadores, caros deputados, senhoras e senhores.

Peço desculpa por mais uma vez ir reflectir um pouco sobre o território educativo da Barreira e neste caso em particular, a própria freguesia.

Com o prazo que nos foi concedido para analisar, discutir, reflectir e melhorar a Carta Educativa, a Junta da Freguesia da Barreira, apresentou através do endereço electrónico da Câmara, uma proposta séria e exequível.

Em síntese, propõe-se a construção em primeira prioridade, de um centro educativo na área geográfica da Freguesia da Barreira, apresentando para o efeito dois terrenos alternativos, sendo que um deles é da própria Junta de Freguesia.

Quero informar a Assembleia, que não apresentámos uma proposta isolada, egocêntrica ou utópica. Ela foi o resultado das reuniões de trabalho com o agrupamento de escolas José Saraiva, que também apresentou uma proposta, e pedidos de esclarecimento a técnicos do Departamento de Educação do Município. Procedemos à apresentação pública e discussão da Carta Educativa na nossa freguesia, consultámos cartas educativas de outros concelhos, recolhemos opiniões de alguns professores e outros profissionais que trabalham ou conhecem em profundidade a área da Educação. Estou convicto que só na unidade com toda estas partes, se obtém o consenso necessário para que seja possível criar um trabalho de qualidade e que se projecte no futuro.

A construção de um centro educativo, para a melhoria da qualidade do ensino, é uma necessidade prioritária, há muito detectada na generalidade da população da Freguesia da Barreira. Este centro, deve ser dimensionado para receber os alunos da escola da Barreira, que concordamos que seja reconvertida em Jardim de Infância, mas receba também os alunos das escolas dos Andreus e da Marvila, que a presente versão da carta propõe manter mas que sabemos ser uma solução a prazo, e receber também os alunos da escola do Telheiro, que se encontra lotada.

Sobre a actual hipótese de manter as escolas dos Andreus e da Marvila, não nos parece uma solução de futuro, mas sim uma resolução fácil do actual quadro educativo da freguesia, porque é o que já existe.



Nós queremos olhar o futuro de forma muito mais abrangente e por isso as nossas propostas.

Preocupa a população da Barreira, o futuro da educação das crianças e não o das escolas, enquanto edifícios, para se sentirem mais integrados na sua comunidade de origem, poderem potenciar as suas qualidades na perspectiva dos princípios educativos que esta mesma carta apresenta.

Também a formação de adultos está aqui em causa. E basta salientar a adesão que temos tido nos cursos de informática, no curso de primeiros socorros e no agora curso de alfabetização que iniciámos. Também é para este que apontamos as nossas propostas e preocupações.

Nesta linha de prioridades, na campanha das eleições de 19 de Outubro de 2005, uma das nossas propostas foi a de estudar um local para a construção do polieducativo. Também conscientes desta necessidade, os candidatos do PSD, com o apoio incondicional da Dr.^a Isabel Damasceno, propuseram à população da Barreira, a construção, e sublinho, a construção de um Centro Educativo na Urbanização Vale Grande, no lugar do Telheiro.

No diagnóstico social das freguesias de Azoia, Barreira, Cortes, a necessidade de um Centro Educativo, foi também indicado como um elemento fundamental para a resolução de alguns problemas sociais identificados. E nós aqui, não identificámos o espaço social onde ele deveria ser construído.

A construção de um centro educativo no lugar do Telheiro, tem as seguintes vantagens:

Os terrenos serem da Junta de Freguesia, o que é uma vantagem financeira. Sendo uma zona que continua em crescimento demográfico, só no Telheiro estão aprovados mais mil e duzentos fogos, onde já existe um Pavilhão Gimnodesportivo que se pode rentabilizar, perto do Jardim de Infância que já aqui foi também objecto de intervenção, portanto com a possibilidade da sua integração, e além disso, fica no eixo que liga os diversos lugares da Freguesia à cidade. Assim funcionará como uma escola integrada e integradora de toda a freguesia.

A nossa versão da Carta Educativa, refere algumas hipóteses alternativas que merecem esclarecimentos e alterações de prioridades. Por exemplo, ela propõe a reconversão da Escola da Barreira em Jardim de Infância. Concordamos, já o referi na assembleia anterior, mas entendemos que dadas as carências actuais, esta



reconversão deve ser considerada como primeira prioridade e o investimento ali efectuado não tem expressão.

A carta propõe converter a José Saraiva em escola EB 1,2,3, tornando-a assim numa super escola. Estará ela preparada para ultrapassar os diversos problemas, quer de aspectos pedagógicos quer ao nível da gestão dos horários, dos equipamentos, dos recursos humanos, da convivência entre os alunos, dos transportes, da vigilância e da segurança?

Com as hipóteses alternativas para a construção de um centro escolar na Azoia, nos Parceiros e espero que no Telheiro, parece-nos mais adequado manter a escola nuclear José Saraiva como escola EB 2/3, reforçando o número de salas para estes ciclos, indo ao encontro da proposta do próprio agrupamento.

Quando analisa o próprio território educativo da Barreira, a carta refere a construção de uma escola EB 1,2,3, na zona Este de Leiria (zona da Guimarota). Embora reconheça que ela possa receber alguns alunos da Freguesia da Barreira e das Cortes, chamo a atenção que esta escola pertence ao território educativo de Leiria. Pelo que, se deveria proceder a uma reorganização dos territórios educativos.

Com a leitura da nova versão, foram introduzidas algumas propostas a que chamam hipóteses alternativas. São essas as hipóteses que vamos discutir, ou são as primeiras? Ou são ambas?

Com estas alterações, a Carta Educativa está mais adaptada às necessidades e às realidades das nossas freguesias e do nosso concelho. Há situações que merecem ser equacionadas com maior profundidade e que deverão ser tratadas caso a caso.

O senhor vereador Vítor Lourenço, informou-nos há momentos, que sabe onde é que se há-de situar um Centro Educativo no território educativo da Barreira. Eu também gostava de saber!

Na Barreira, continuamos disponíveis para prestar o nosso melhor contributo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor vereador Vítor Lourenço, tem a palavra.



VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Senhor Presidente, senhores Deputados!

Em relação a algumas observações, naturalmente vou tentar ser sintético.

E começando pela intervenção do deputado Pedro Biscaia, eu diria que ele começou por manifestar muitas dúvidas relativamente a alguns assuntos, que me parece que poderia ter esclarecido antes. Isto é, quando se fala de duvidar da população a escolarizar, duvidar das taxas de incidência ou da freguesia de Leiria em relação a outras freguesias, eu diria que essas dúvidas que são tantas, se tiravam facilmente. Bastava perceber como é que se calculam estes valores, da perspectiva demográfica a escolarizar para 2014/2015, e essas dúvidas facilmente são tratáveis. Não há dúvida nenhuma que tecnicamente estes dados são baseados em critérios, não são dados aleatórios, com certeza.

Só a explicação muito rápida, porque houve vários deputados que citaram o exemplo da grande percentagem que Leiria representa na população a escolarizar.

Pois representa! Leiria, é o fluxo de alunos. Por exemplo: o secundário hoje vem todo para Leiria e aqui estão todos os dados da mobilidade de alunos que confluem para o território educativo de Leiria e não da natalidade ou do crescimento demográfico da Freguesia de Leiria, que é muito pequeno, aliás, objectivamente falando, os dados são muito concretos.

Se eu vos disser que temos cinco turmas de alunos, que são residentes em Marrazes e que frequentam as escolas da cidade, são cento e treze alunos. E portanto, o fluxo está concentrado em Leiria por motivo da mobilidade e não por outros motivos quaisquer. Esta é a explicação.

A senhora Presidente da Junta também citou esta situação da importância. É uma importância relativa, porque se os alunos estiverem distribuídos no território de uma forma a cumprir, como disse a senhora Presidente, os limites naturais do parque escolar da cidade, este fenómeno não acontecia. Só para lhes citar um exemplo: Numa das escolas de Leiria concentram-se trinta e cinco alunos (exceptuando estes de Marrazes que citei) que vêm de outras freguesias para Leiria, só numa escola. Portanto a concentração e a mobilidade, obrigam a que Leiria tenha o peso de 23%, o que não é relativamente aos residentes mas é relativamente à população a escolarizar se tiver a mesma tendência daqui para o futuro, de concentração nas escolas de Leiria. O que nós esperamos que não aconteça, naturalmente. Se



soubermos realizar a primeira prioridade desta Carta Educativa, que é Marrazes, cumprida que seja a primeira prioridade da Carta Educativa, as escolas de Leiria passam todas a regime normal de funcionamento. Todas elas, nenhuma escapa!

Também se falou aqui muito da questão do CEL e do encafiar não sei quantas crianças no centro de área educativa, nas instalações que já foi liceu e que já foi escola básica do 2º ciclo e que já foi e é um local administrativo.

O CEL, é sempre por nós encarado como uma situação temporária. Todos têm que ser encarados como tal. É evidente que ninguém acredita que se o novo modelo de funcionamento das escolas, com as novas exigências espaciais, com os normativos que existem, se não tiver área de terreno suficiente, espaços livres de acordo com o número de crianças que as escolas têm, nenhum projecto de ampliação de escola é aprovado. E nós temos problemas de ampliação de algumas escolas também por este motivo. Ainda na última reunião que tivemos com a Direcção Regional falámos nisso e é impossível aprovarem-nos ampliações que possam vir a ter financiamentos, se não cumprirmos com os requisitos dos normativos, que têm a ver com o rácio/número de alunos, espaços educativos/espaços complementares aos educativos. E portanto, a questão que aqui foi colocada por vários deputados, do CEL, também, será sempre uma situação provisória e não como aquela que até nos foi proposta, de acabar com todos os desdobramentos das escolas de Leiria, colocando todas as turmas excedentes no CEL no próximo ano lectivo. Nós também achamos que é um exagero fazer isso, de uma vez só.

A situação por exemplo, de concentração de alunos no CEL. Estão lá quatro turmas, o que acabou com o desdobramento como sabem na Escola Amarela, se lá pusermos mais quatro turmas (tem doze salas) ficarão oito turmas ocupadas com actividades, com um bom refeitório e um bom ginásio para actividades físicas. É evidente que nós só conseguimos ali fazer com que convivam num espaço educativo diferente dos actuais constrangimentos das escolas em desdobramento, a funcionar em regime normal, no máximo oito turmas e não doze. Esta era uma questão que eu queria explicar porque o CEL foi aqui citado várias vezes e o CEL é uma situação que tem que ser sempre encarada como temporária.

Com a execução da primeira prioridade definida na Carta, que é Marrazes, nós resolvemos o problema em toda a cidade de Leiria seguramente. Não tenho dúvida nenhuma que isso vai acontecer. Assim nós saibamos e sejamos capazes de cumprir a primeira prioridade e portanto em relação a esta questão que foi aqui muito



focada, específica destes dois exemplos concretos, eu gostava de deixar aqui como nota.

Em relação às perguntas que colocou, nomeadamente um conjunto de questões que eu aqui sintetizei, o que é o centro educativo, os transportes escolares, a questão das escolas nucleares nomeadamente o que se relaciona com a José Saraiva e o terreno do D. Dinis.

É evidente que a definição actual de centro educativo vem descrita na legislação. E um centro educativo, igual àqueles em que nós já temos os projectos feitos, tem salas de actividades lectivas, tem espaços para as actividades de complemento curricular, tem refeitório e espaço para biblioteca e espaço para TEACH's, como aqui já foi citado e tem que ter uma área livre de recreio e lazer de acordo com o normativo existente. Isto é um centro educativo.

E o centro educativo que está aprovado neste momento, para se lançar o concurso público, o mais novo de todos é o do Coimbrão, cumpre todas essas funções senhor deputado. Pode ficar descansado. É evidente que as escolas onde nós temos feito intervenções de centros educativos, pré-escolar e do 1º ciclo, as que já executámos ao longo destes oito anos, foram adaptações das escolas existentes. Nós temos vários exemplos no concelho. Se fosse hoje, de acordo com os normativos que existem, se calhar teríamos encontrado outra solução e eventualmente teríamos feito outro tipo de escola. Mas, foram esses exemplos que foram avançando e fizeram avançar a Educação no nosso concelho.

Quanto às omissões, é evidente que hoje já não falamos em ATL's na escola a tempo inteiro. Falamos em soluções de actividades extracurriculares e não em ATL's, que até é uma designação que hoje está arredada, da nomenclatura oficial, destes novos normativos e até deste Governo, mas com o qual eu concordo. Não há ATL's. Há actividades curriculares ou extracurriculares.

Quanto à validade dos projectos pedagógicos concelhios:

É evidente que a Carta Educativa, sendo uma carta orientadora de um plano de educação/formação, terá sempre algumas imperfeições. Também lhe quero dizer, que em relação a estas imperfeições, é evidente que, como está escrito nos documentos que com certeza leu com atenção e que tem a ver com a regulamentação e as normas a que deve obedecer a construção das cartas educativas, eu diria que, no acordo que foi feito com o Ministério da Educação e com a Associação Nacional de Municípios, as cartas educativas são elaboradas por



municípios, com acompanhamento e colaboração da Direcção Regional de Educação. Muitos dos dados que a carta naturalmente não tinha e ainda não tem, alguns deles é evidente que estão na posse da Direcção Regional. E a Direcção Regional não acompanhou as cartas nos municípios, mas vai acompanhá-las nesta fase depois do documento lhe chegar às mãos. Naturalmente que ele pode ser enriquecido, sempre e a todo o momento, com novos contributos e com novos dados, como esperamos que ainda venha a acontecer antes da sua homologação pelo Secretário do Estado da Educação. Agora, é evidente que sem essa colaboração e sem essa parceria, que parecia no início do acordo com a Associação de Municípios que ia acontecer no terreno, ela não aconteceu. E as autarquias tiveram que se socorrer de metodologias que foi a de entregar a uma empresa, que fez toda a região digamos em "masterplan", e que depois fez a sua aplicação a cada concelho. Isto são algumas notas em relação àquilo que disse o senhor deputado Pedro Biscaia, fazendo notar que efectivamente os contributos da outra assembleia que aqui já reúne e aqueles contributos que aqui recebemos, poderão ainda ser introduzidos na fase de discussão com a própria Direcção Regional, na construção final do documento, cujas linhas orientadoras e cuja estrutura de espinha dorsal, está tacitamente aprovada. Naturalmente não sou cândido como o senhor deputado, mas também não sou ingénuo e portanto, já tivemos o cuidado de trabalhar alguma coisa e perceber até que ponto a Direcção Regional estava de acordo com esta estrutura de espinha dorsal de Carta Educativa. E nesse sentido, as coisas estão mais ou menos concertadas.

Quanto às questões que o senhor deputado Carlos André colocou, tirando esta nota do "ar irónico", apenas me limitei como sabe, e fi-lo sem qualquer adjectivação, a informar o que se passou. E portanto, o "irónico", não deveria caber aqui. Mas enfim, somos diferentes.

Quanto à estratégia da Carta Educativa senhor deputado, como o senhor disse, que não denota uma estratégia, que tem aqui algumas falhas porque não faz referência numa grande introdução, aos grandes elementos que constituem o nosso território, àquilo que está consignado em muitos documentos nomeadamente no plano estratégico da AMAE ou da AMLEI que refere todos os dados que valorizam o nosso território, empreendedorismo e essas questões todas que aqui colocou, se eu fizesse isso na Carta Educativa, se a Câmara pusesse isso na Carta Educativa, também estava a fazer um copy/paste de coisas que já estão escritas noutros documentos. Eu



acho que não podemos andar sempre a repetir em todos os documentos as mesmas bases, as mesmas questões e os mesmos dados. Os dados existem, estão no terreno, são conhecidos de todos nós, há um plano estratégico feito e é nesse plano estratégico que está toda a informação necessária a toda essa base de informação, na qual assenta também uma Carta Educativa como carta orientadora da Educação no nosso território. É evidente que quando diz que a Câmara de Leiria, se calhar com estas ausências na Carta Educativa, está a denotar que não dá prioridade à Educação, senhor deputado eu só lhe gostaria de lembrar que a apreciação nunca foi nossa, relativamente àquilo que são as questões de Educação na Câmara de Leiria. Foi sempre feita por pessoas estranhas à Câmara. E todos os responsáveis regionais e alguns nacionais o têm referido em muitos fóruns, que foi sempre uma prioridade para a Câmara de Leiria a questão da Educação, e de há muitos anos a esta parte. E estou-me a rever no olhar atento do senhor deputado Sequeira, meu antecessor, que tanto trabalho deixou feito nesta área da Educação. E portanto se não é uma prioridade, basta dizer-vos só que em plano de actividades deste ano é o sector da Câmara que mais dotado está em termos de plano de actividades, não de orçamento mas em termos de plano, são doze milhões de euros para a Educação neste ano corrente, não sei o que seria definir a Educação como prioridade.

Apenas uma nota em relação às declarações do senhor deputado Pedro Biscaia.

Há alguma contradição entre o que senhor deputado Pedro Biscaia disse (que isto é um plano feito com intuito físico e financeiro para ir ao QREN) isto é mais, é também um plano de edificações, construções e um plano financeiro para se poder ir ao QREN, e o que senhor deputado Carlos André diz (que nós nem sequer fazemos referência ao QREN). Não sei onde é que está a verdade entre as vossas afirmações. Mas enfim, não queria deixar de notar esta contradição.

Em relação às questões de outros senhores deputados, nomeadamente do senhor deputado Vieira Pereira, já falei do CEL, já expliquei aquilo que se pretende fazer no CEL. E quanto ao destino das escolas, não se preocupe, todas as escolas que nós encerrámos, desde que estamos na Câmara, e foram dezasseis, estão todas entregues (e as que não estão entregues estão fechadas) à comunidade local que as quis e as está a usar. Esta tem sido a postura da Câmara Municipal. Pôr os equipamentos ao serviço da comunidade.

Em relação ao que disse o senhor deputado José Augusto Esteves, também gostaria de fazer aqui algumas referências.



Li com atenção a proposta que nos fez chegar (sugestões, análise).

Há um diferendo natural em relação às orientações, quer do Governo quer do Município, que é o facto do senhor deputado não aceitar que se inclua, que se integre. E nós e a política governamental aceita, apoia, incentiva que se integre e que se inclua.

A inclusão e a integração social, hoje, tem vários caminhos e várias metodologias, esta é uma delas, nós francamente, aceitamos esta como verdadeira. Dos bons exemplos que estão no terreno e cito, temos : dois agrupamentos 1,2,3, no Concelho de Leiria. Existem várias instituições particulares onde há integração desde o pré-escolar até ao secundário, e não vejo que sejam maus exemplos, ou que alguém aqui, possa vir dizer que a 1,2,3 de Colmeias ou que a 1,2,3 de Santa Catarina da Serra, ou que as instituições IPSS's ou de natureza privada, sejam um defeito dessas instituições. E portanto, é um caminho natural para a integração e para a inclusão.

Senhor deputado José Augusto Esteves, as cartas educativas não se fazem para fechar escolas. Eu já disse isso aqui e reitero, não se fazem para fechar escolas, fazem-se para reordenar, para orientar, aquilo que são os serviços de Educação de um território concelhio e não o contrário.

Quanto à reserva e à crítica que faz contra a integração, eu acho que temos opiniões diferentes. Não há nada a dizer. São diferentes as opiniões e logicamente serão diferentes as soluções. Eu não sei como é que se pode flexibilizar mais as soluções na Carta.

Nós propomos, de acordo com a monitorização, eu digo sempre e reafirmo que é o nosso princípio, depois de resolvida a primeira prioridade, algumas destas coisas que estão indicadas na Carta como caminhos a seguir, vão mudar seguramente, que é a questão dos centros educativos ou da integração. E na zona urbana, nomeadamente, nós próprios também não temos a certeza que o único caminho seja a integração, dissemo-lo aqui na última assembleia onde foi discutido. Não é o único caminho.

Não sendo o único caminho é porque há mais, e porque há mais eles estão abertos, é só percorrê-los e fazê-los. Ninguém pode chegar a nenhum destino, sem saber qual é o caminho, e nós estamos todos à procura do caminho.

Quanto às cartas educativas, só lhe queria dar mais uma nota final.

As cartas educativas, não são feitas ao sabor e ao gosto dos municípios. São feitas com base na legislação que regula o sistema educativo português, são feitas com base naquilo que nos orienta que são as leis, os decretos-lei e as Portarias do



Ministério da Educação. É com base nisso que se está a fazer a Carta Educativa e não é com base no belo prazer ou sabor do Município.

Quanto ao ouvir as pessoas, senhor deputado, já lhe disse oportunamente e volto a reafirmar. Nós nesse aspecto fomos um concelho exemplar. Passámos a perna a muitos outros concelhos, que falam mais de participação e democracia. E pusemos a carta à disposição de todos, para todos darem opinião sobre ela, para todos a discutirem, acrescentou-se o prazo, e muito bem, e portanto nessa questão de ouvir as pessoas, acho que não podemos pedir messas a ninguém.

Por último, relativamente à questão colocada pela senhora deputada Ana Elisa, sobre o Centro de Formação, naturalmente que o documento (percebi agora) ainda tem algumas falhas. Mas quero-lhe dizer, que o que está neste documento, foi informação escrita que nos foi dada pela representante do Centro Formação no Conselho Municipal de Educação. Ela levou-nos o documento e os técnicos da Educação transcreveram o documento. Se falta alguma coisa, com certeza que se irá pôr.

Das novas oportunidades como sabe, ainda não está disponível para nossa informação, tudo o que as novas oportunidades vão propor para o nosso concelho. Sabemos que está acordado, mas não sabemos o quê.

Quanto ao Ensino Secundário, ainda hoje a senhora Ministra, apresentou o plano para o secundário. Nós não podíamos conhecê-lo nem introduzi-lo aqui na Carta Educativa. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Senhores deputados, nós temos já duas horas de discussão sobre este assunto e certamente poderíamos estar aqui dois dias, duas semanas ou dois meses a discuti-lo. Temos limites de tempo, o documento é um documento dinâmico, prevê monitorizações, planos de acção anuais, bienais, etc., avaliação de resultados, modificações de acordo com essa evolução, o senhor vereador acabou de nos informar que até à homologação pela DREC poderá sofrer novas modificações e tudo isto subentende que, o que nós temos que aprovar agora aqui, basicamente é uma generalidade. Não haverá realmente lugar a discussão ou votações bipartidas. É assim que eu entendo, salvo melhor opinião, estivemos a discuti-lo na Mesa e parece-me que isso será assim.



Por isso mesmo, nós vamos abrir mais uma vez o período de discussão, com limitação de tempo obviamente, para uma intervenção a cada uma das bancadas, se assim o entenderem, para uma consideração final. No entanto, o senhor deputado José Esteves entregou na Mesa um conjunto de folhas que traduzem dezanove propostas ou uma proposta.

Também foi consenso da Mesa que isto se deverá traduzir numa proposta, que o senhor deputado José Esteves terá que ler, sem comentários, porque não há discussão e depois será posto à votação. Mas pedia-lhe que fosse só no fim da ronda de intervenções.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou tentar ser telegráfico e começo do fim para o princípio.

Senhor vereador, eu não disse que a Câmara Municipal não dava prioridade à Educação. Não lhe faria essa injustiça, como não faria injustiça aos vereadores que o precederam, alguns dos quais do Partido Socialista, e que, foram excelentes vereadores de Educação. Está aqui o senhor António Sequeira, costuma aqui estar o Dr. José Manuel Silva, portanto, façamos justiça a todos os vereadores da Educação. Eu não disse isso!

O que eu disse é que, quem ler esta Carta Educativa, fica com errada impressão de que a Câmara Municipal não faz da Educação a sua prioridade, o que até nem é verdade! E portanto, era conveniente que ficasse a versão correcta.

Em segundo lugar, um simples reparo.

Eu não queria que houvesse aqui um Tratado sobre a relação entre estratégia educativa e as potencialidades da região. Ficava bem um parágrafo e não há parágrafo nenhum. Entre oito e oitenta há muitos cambiantes. Ficava bem aqui uma pequena referência e não há referência alguma.

Terceiro, uma sugestão que ficará bem e faço questão de que ela fique na Carta Educativa.

Ouvi dizer aqui, e não está na Carta Educativa, que este projecto de albergar mais quatro turmas no CEL, é provisório. Portanto, pergunto:

Temporário até quando? Mesmo que não haja resposta, faço questão que isso fique registado em acta, faço questão que fique registado na Carta Educativa, porque não



está lá, para que nós saibamos que isso não é uma prioridade, é um desígnio da Câmara Municipal, de ser transitória esta situação de colocar quatro turmas no CEL. Senhor vereador, finalmente, a questão da demografia e depois há apenas o último ponto.

Nós não estávamos mal esclarecidos em relação à demografia. O que nós entendemos, e não somos só nós, devo dizer-lhe que pedi opinião a especialistas avalizados em estudos demográficos, é que estes estudos demográficos não estão bem feitos, desde logo porque, fazem a colheita à chegada e não no ponto de origem e nada nos garante que em 2014/2015 as crianças dos Marrazes continuem a poder ser todas contabilizadas nesse número em Leiria. Por exemplo, o senhor vereador diz que são e nós podemos ter dúvidas, atendendo ao grande crescimento urbano que Leiria está a ter. Além disso, este critério de régua e esquadro, não vamos aqui discutir isso porque levar-nos-ia muito longe e nem sou a pessoa mais indicada para o fazer, mas consegui apurar que este critério de régua e esquadro de leitura da demografia, é profundamente discutível.

Um último aspecto para que isto fique claro, também entendemos que devemos deixar muito clara a nossa posição neste aspecto.

Nós somos favoráveis aos centros educativos. Os centros educativos têm sobre escolas de dez, ou treze, ou catorze alunos, vantagens de poderem ter ludotecas, de poderem ter tecnologias de informação e comunicação, de poderem ter bibliotecas, de poderem ter espaços desportivos, de poderem ter um conjunto de equipamentos, e um conjunto de recursos humanos que não é possível obter em pequenas escolas. E por isso nós, que não restem dúvidas em relação a isso, somos favoráveis aos centros educativos desde que reunidas as condições, desde que definidas as respectivas prioridades. Mas nós, por uma questão de princípio, porque achamos que isso promove melhor desenvolvimento, promove um desenvolvimento integrado das crianças, somos favoráveis aos centros educativos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Esteves, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Em primeiro lugar, em relação à Mesa, quero dizer o seguinte:



Eu fiz dezanove propostas, não fiz uma. E portanto, pensei na discussão na especialidade, porque num documento deste tipo, há o debate na generalidade e há depois a discussão na especialidade. Agora, não alterem isto de maneira a resolverem o problema de uma vez só, aligeirando e mandando para canto. Fiz dezanove propostas não foi uma e não altero, ou então não votam nenhuma. É o que têm que fazer, rejeitam, numa posição autoritária, e nós não aceitamos nenhuma proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Uma proposta é uma proposta, tem que ser votada. Agora se entende que são dezanove, vamos votar dezanove propostas senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Mas para dizer também, em relação ao senhor vereador, que naturalmente propõe coisas que são diferentes, não cabem na mesma estratégia. Por exemplo, há ali situações que é para não encerrar escolas, que são coisas que estão ligadas a centros educativos e não estão ligadas por exemplo, àquilo que ali informou. E portanto, têm que ser confrontadas as pessoas com as propostas em concreto.

Em relação ao problema da lei impor EB's 1,2,3.

Isto não é verdade! Nem na Lei de Bases do Sistema Educativo!

O que está aqui a dizer-se senhor vereador Vítor Lourenço, é que esta tem que ser a solução, que esta solução está concertada e não pode ser outra solução porque essa é a solução que vai de acordo com a lei. Isto não é verdade. Nem esta é a orientação da Lei de Bases do Sistema Educativo. E depois, nós estamos nesta situação dramática, hoje quem leu o jornal ou ontem, vê o Ministério da Educação a vender ou a alugar as escolas secundárias para casamentos e baptizados.

Ninguém põe em causa os centros educativos. Não pus nem vou pôr. O que se pôs foi em relação a algum exagero que poderia haver.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais inscritos. O senhor vereador Vítor Lourenço vai usar também da palavra por trinta segundos e finalmente a última palavra será para a senhora Presidente da Câmara. Depois passaremos a votar as propostas, uma a uma, feitas pelo senhor deputado José Augusto Esteves.



VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Senhor Presidente, há pouco quando fiz a minha intervenção, esqueci-me de fazer referência a uma questão abordada pelo deputado José Augusto Esteves, que me parece que generalizou uma situação que é particular e única.

Quando disse aqui que nós propúnhamos encerrar escolas com mais de cinquenta alunos, ficou a ideia, pelo menos em mim, de que com este plano, parece que íamos encerrar muitas escolas. Não é verdade. Há uma única escola que tem mais de cinquenta alunos. E se se fizer um Centro Educativo, que é uma primeira prioridade, em Carvide, é pelo facto de os aviões levantarem mesmo por cima dessa escola. E ao fazer-se esse Centro Educativo em Carvide, que vai fazer encerrar as quatro escolas da freguesia e a nova escola fica a dois quilómetros de todas elas, livra-se essa escola desse flagelo que é a passagem dos aviões, quando levantam por cima da escola. É a única senhor deputado. E queria que isto ficasse esclarecido perante todos os deputados.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Obrigada senhor Presidente.

Eu não tinha intenções de intervir, porque o senhor vereador domina muito bem este assunto da Carta Educativa e portanto defendeu, claramente, o documento .

O que me leva a fazer esta intervenção, foi uma intervenção final, da senhora deputada Ana Elisa, que me deu aqui uma ideia importante, na medida em que era um assunto que eu pensava trazer à Assembleia. E como estamos a falar em educação e formação, ficava aqui a nota, que eu não sei se é possível, do ponto de vista técnico e de funcionamento da Assembleia.

Leiria é a única capital de distrito que não tem um Centro de Formação Profissional. É uma reivindicação antiga, existe terreno disponibilizado pela Câmara e pela Junta de Freguesia dos Marrazes, na ZICOFA, foi feita uma alteração ao loteamento para que se pudesse lá instalar o Centro de Formação Profissional e até hoje, não foi dado nenhum sinal de quando é que começa a obra.

Pelas razões já explanadas pelo senhor deputado Carlos André, que aflorou as características que tem o nosso concelho e o nosso distrito, eu faria aqui uma



proposta, no sentido de, a Assembleia que tem peso (a Câmara já o fez várias vezes), fazer chegar à respectiva tutela a importância que tem de dar seguimento a um projecto, que está há imenso tempo manifestado em termos de necessidade para o distrito, para ser construído o Centro de Formação Profissional, porque a senhora deputada Ana Elisa, nas outras funções que exerce, com certeza que não o poderá fazer cabalmente sem ter condições físicas para exercer essas funções. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Eu não sei, sob o ponto de vista processual, como é que essa proposta poderia ser encaixada nesta sessão. Mas certamente, poderá ser apresentada na próxima sessão, de uma forma formal, e fica já a informação de que essa proposta há-de vir e que nos pronunciaremos sobre ela.

Então vou pedir ao senhor deputado José Augusto Esteves, o favor de ler as suas propostas, sem comentários, porque não haverá discussão, e serão votadas individualmente.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Eu acho que era preferível por territórios educativos, na especialidade. É votar a proposta na generalidade e depois na especialidade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós, aqui na Mesa, estivemos a discutir este assunto. Este documento obviamente não é um decreto-lei, é um documento que vai sofrer alterações, e portanto, nós entendemos que a melhor maneira era discutir cada uma das propostas do senhor deputado José Esteves, que poderia ter condensado numa, mas o senhor deputado pediu que fossem propostas individuais e foi aceite que o fizesse. Aquelas que eventualmente forem aprovadas, terão obviamente que ser inscritas no documento, e depois votaremos a carta na globalidade.

Parece-me que é a maneira mais correcta. Não me parece que se possa invocar aqui o conceito de especialidade e generalidade, tal como é feito na discussão das leis na Assembleia da República.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente, eu já não me lembro bem, mas veja o Regimento, está lá isso.



Bem, de qualquer maneira o que era justo era aprovar na generalidade, via-se qual era o sentido do voto e depois aprovava-se na especialidade.

Eu, em relação àquilo que propus, é assim:

Para o território educativo da Barreira, era alterar o parágrafo 3º, na página quarenta e sete" *a solução apresentada pela Câmara de Leiria consiste na criação de uma nova EB1 para a zona urbana da Barreira*" e anular o parágrafo 5º, que é a hipótese alternativa, transformada em prioridade, que no caso concreto é a transformação da actual EB 2,3, numa EB 1,2,3...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem eu pedia aos senhores deputados que nos permitissem uma pequena conferência, para chegarmos aqui a um consenso de método de trabalho, porque desta maneira não chegamos a lado nenhum, pelo que, chamava à Mesa os líderes de todas as bancadas.

(intervalo)



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, façam favor de reocupar os vossos lugares.

Eu peço desculpa por esta interrupção, mas penso que vamos conseguir resolver o problema da seguinte maneira:

O senhor deputado José Augusto Esteves, vai resumir as suas dezanove propostas numa proposta única, que é uma proposta mais genérica e depois com mais cinco propostas, que são casos individuais, muito fáceis de perceber, isto é, manter ou não manter, abrir ou fechar, basicamente é isto.

Vamos à primeira proposta. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

No território educativo de Santa Catarina da Serra é manter a EB1 de Vale Sumo/Olivais.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Quem é que vota a favor desta proposta?

Quem se abstém?

Quem vota contra?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra e um voto a favor, rejeitar a proposta.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Território Educativo da Caranguejeira, EB1 Caldelas, manter, independentemente do Centro Educativo.

Eu peço imensa desculpa mas é o seguinte:

De facto no texto diz manter, manter até, porque no quadro é o que lá está, mas aquilo que eu coloco é se é justo fechar em aldeias escolas com cinquenta pessoas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, eu penso que a proposta agora está clara.

O senhor deputado José Augusto Esteves, independentemente da criação de escolas de âmbito mais alargado, entende que devem manter-se aquelas. Nós aprovamos ou não aprovamos. Senhor deputado, faça favor de nomear as que se devem manter, independentemente de qualquer solução alternativa.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Quando se diz assim: Loureira/Santa Catarina, e quando se colocava aqui a questão de manter a EB1 Loureira, significa que ela não vai para a escola básica 1,2,3. Mantém-se aberta na Loureira.

Caranguejeira, EB1 Caldelas, manter. É a mesma coisa!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Quem vota a favor?

Quem se abstém?

Quem vota contra?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra, com seis abstenções e um voto a favor, rejeitar a proposta.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Território educativo de Leiria, EB1/Jardim de Infância da Guimarota, manter a actual tipologia com a ampliação das instalações. Retirar o parágrafo 5º que começa com "De acordo com as indicações da Câmara Municipal de Leiria propõe-se...", é em relação à questão da transferência para a EB 1,2,3 da Correia Mateus.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor vereador quer fazer o favor de explicar esta proposta?

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Esta proposta é exactamente como as outras. Cumprida que seja a primeira prioridade, de execução do proposto para a primeira prioridade que é localização nos estabelecimentos de ensino de Marrazes estabilizados, a situação da cidade de Leiria fica também estabilizada.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor vereador faça favor de ler o que está no documento.

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

"Reconversão da EB1/Jardim de Infância da Guimarota em pré-escolar. Segunda prioridade, construção alternativa da EB1,2,3, na zona Este de Leiria." Só nesta condição. Está aqui escrito!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Pronto, já vimos que isto não é fácil. É para fechar, não é para ampliar, é para reconverter, mas é sempre em alternativa. Eu mantenho a proposta de manter a tipologia.

O que está na página oitenta e quatro é o seguinte: *" Requalificação/Reconversão em Jardim de Infância – Actualmente o estabelecimento possui valências de pré-escolar e 1º ciclo"*. E a seguir, diz assim *" De acordo com as indicações da Câmara Municipal, propõe-se a conversão do estabelecimento em Jardim de Infância, capacidade para quatro salas, e os alunos do 1º ciclo passam a frequentar a EB2 Correia Mateus."*

E então, a minha proposta é a seguinte:

A EB1/Jardim de Infância da Guimarota - manter a actual tipologia com a ampliação das instalações.

Nós aprovámos na última Assembleia uma recomendação com essa indicação, disseram inclusive, alguém que aqui veio da Associação de Pais, que havia um projecto que tinha sido entregue à Câmara, em que era possível a ampliação. E agora vêm-me dizer que não é possível?



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, independentemente da sua proposta, isto é, independentemente da possibilidade de ampliação ou não, é manter a tipologia actual contrariamente àquilo que está no documento, que é fazer a transferência dos alunos do 1º ciclo para a escola Dr. Correia Mateus .

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

É assim que lê senhor Presidente? Pois, eu também estava convencido que também era essa a minha leitura, mas pelos vistos não.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Bem, todos leram o documento, a proposta do senhor deputado é clara, eu pergunto:

Quem vota a favor da proposta?

Quem se abstém?

Quem vota contra?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra e três votos a favor, rejeitar a proposta.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Senhor Presidente, agora vou tentar fazer tudo em conjunto.

Em relação ao território educativo da Barreira, no fundo, são três propostas que vão no sentido de criar uma nova escola EB1 e retirar a hipótese alternativa da José Saraiva, que fica digamos numa quase terceira hipótese, face também à alternativa que se dá, com a construção da tal escola da zona Este que não se põe em causa.

Daí que, em relação ao 2º e 3º do ciclo da José Saraiva, só se preveja a ampliação e a hipótese alternativa da construção de um novo estabelecimento de tipologia 1, para 2/3. Segue igual ao texto que é a alternativa que ficaria neste caso. Mas a prioridade era a construção de uma escola EB1.

Em relação a Santa Catarina, também era neste sentido, era para ampliar.

Depois em relação aos Pousos, era recusar a conversão da EB 2,3 Dr. Correia Mateus em EB 1,2,3, dar prioridade à construção do centro escolar. E retirava-se deste contexto a alusão à 1,2,3, da zona Este.

Em relação ao território dos Marrazes, era retirar a reconversão do 2º e 3º ciclo em EB 1,2,3 e a EB 2/3 dos Marrazes, manter a actual tipologia em relação a estas escolas. Depois faço duas propostas para duas escolas novas, uma para a zona em



que há uma grande carência: a zona da Sismaria e Quinta do Alçada, Sismaria/Gândara e Nova Leiria e outra nos Marinheiros. Isto é, não se construía uma nova 1,2,3, mas sim só uma 2/3. E em relação à 2/3 dos Marinheiros, não se transformava em 1,2,3, portanto faziam-se escolas do 1º ciclo.

Em relação à Carreira é a mesma ideia.

E relação ao território educativo da Caranguejeira...

Eu digo francamente, quando se tratar de um documento destes, soluções deste tipo e quando houver propostas para a construção de uma Comissão em que se funcione com mais cuidado e atenção para que quando viessem aqui as propostas, aquelas que eram controvertidas eram votadas com conhecimento de toda a gente. Assim é que não é trabalho!

Como estava a dizer, em relação à Caranguejeira é a mesma situação, é a recusa da 1,2,3,.

Em relação à Carreira, à escola Rainha Santa Isabel é manter a mesma tipologia de EB2,3. E as outras duas propostas são as tais duas escolas dos Marrazes.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, resumindo, aquilo que propõe em global é....

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)

Aquilo que proponho, em síntese, é:

Para o território educativo dos Marrazes é a recusa da 1,2,3, e fazer duas escolas novas para o 1º ciclo. Para Leiria era inviabilizar a reconversão da escola Dr. Correia Mateus e ampliar a da Guimarota, com a articulação com a Barreira, a criação de um novo Centro Educativo para a Barreira, e a eventual admissão da nova escola 1,2,3 da zona Este de Leiria.

Em relação às restantes, em vez do encerramento de escolas em direcção à 1,2,3, é manter essas escolas e não reconvertê-las em 1,2,3.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós estamos portanto a votar pelo princípio de manter o 1,2,3 ou o princípio contrário, basicamente.

Quem é a favor da proposta?

Quem se abstém?

Quem vota contra?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra e três votos a favor, rejeitar a proposta.

Há declarações de voto de vários deputados.

Faça favor senhor deputada Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)

Sobre a proposta que foi apresentada, sobre a escola da Guimarota, eu queria dizer que me abstive pelo seguinte:

Aquando da minha intervenção, eu propus a passagem da prioridade das obras de requalificação da escola da Guimarota para Jardim de Infância, exactamente porque se trata de ainda de um estudo e não se sabe se essas obras são aprovadas e se as vão pagar. Portanto pedia ao senhor vereador que fosse feito um estudo no sentido de que essa segunda prioridade continue em segunda prioridade e que a primeira prioridade seja exactamente a construção de raiz, de uma ou duas escolas, a Este e a Norte, e assim talvez esta escola, se tivermos em conta as matrículas que eu referi (que não foi como o senhor deputado disse), a cidade tem que dar resposta às crianças que vêm para Leiria e não o contrário, provavelmente esta escola poderá continuar com as duas valências.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

De seguida também para declaração de voto, o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS.

Basicamente impõe-se esta nossa intervenção e falo em nome do nosso grupo, porque a nossa recusa das propostas apresentadas pelo deputado José Augusto Esteves, não podem ser vistas em caso nenhum, como um tentativa de que nós estejamos contra qualquer das circunstâncias individuais per si, mas porque apoiamos e porque temos todos os motivos. E acho que é daquelas matérias que genericamente fica inequívoco que, temos algum motivo para nos orgulharmos e estar satisfeitos, enquanto leirienses e habitantes neste concelho, que é o funcionamento do nosso sistema educativo. E portanto, fazendo confiança de que sendo este um documento dinâmico, que pode ser melhorado em qualquer momento, em função da própria dinâmica de funcionamento, eu acredito que vamos



conseguir melhorar e é por isso que votamos contra as propostas mineralizadas, porque serão com certeza contempladas no futuro. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Finalmente, o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Em relação concretamente à votação que acabámos de realizar, eu queria dizer que me abstive, porque dada a confusão, da forma como foi exposta pelo deputado José Augusto Esteves e as circunstâncias da própria votação, eu não me senti clarividente em saber exactamente o que é que estava a votar.

De forma que, eu vou pedir à Mesa, que a acta desta Assembleia, nesta parte que estamos a viver, seja suficientemente clarividente, para eu perceber exactamente o que é que esteve a ser votado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tudo o que está a ser dito aqui, está a ser gravado e vai ser transcrito para a acta. É esta a solução.

Agora vamos pôr à votação o documento na sua globalidade e uma vez que a Assembleia terminará a seguir a essa votação, vamos recomendar mais uma vez e esclarecer que este documento é um documento dinâmico, continua em trabalho, em processo de reformulação, há-de ter certamente algumas desaprovações quando for à DREC e há-de ter outras sugestões. E portanto, quem se sinta extremamente angustiado ou quem sinta veementemente que deva dar mais algum contributo para ele, certamente que o senhor vereador estará disposto a receber todos esses contributos. Isto que é dito aos senhores deputados naturalmente que também o é ao público em geral e a todos os agentes que estejam envolvidos neste processo educativo.

Sendo assim, vai ser colocado à votação, o documento **Carta Educativa de Leiria**, tal como está, uma vez que não foram introduzidas alterações.

Quem vota contra? Três votos contra.



Quem se abstém? Quinze abstenções.

Quem vota a favor? Trinta e cinco votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com trinta e cinco votos a favor, três votos contra e quinze abstenções, aprovar a Carta Educativa do Concelho de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Há duas declarações de voto. A primeira é do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira e depois a do senhor deputado Carlos André.

Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

Eu votei contra esta proposta, até contrariamente aos meus princípios, porque já na assembleia anterior estava com intenções de a aprovar, uma vez que é um documento aberto e dinâmico. Mas, como nesta Assembleia vi, que as propostas que fizemos e que o próprio agrupamento de escolas José Saraiva fez, não foram contempladas, nem nos foi dada qualquer justificação para a recusa, acho que no mínimos deveríamos ter uma justificação, porque é que não foram atendidas as nossas preocupações, levou-me a votar contra.

Também votar contra porque fiquei com a ideia de que, porque mudou o figurino político na Barreira, também mudaram as intenções das soluções educativas para a própria Barreira. Obrigado.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

O Partido Socialista reconhece as melhorias que foram introduzidas no documento, reconhece o enriquecimento que resultou deste tempo de espera, até esta nova Assembleia. No entanto, o Partido Socialista não reconhece que o documento satisfaz as nossas preocupações. Não responde às nossas dúvidas. Continua a ser um documento que não define uma estratégia educativa para o Concelho de Leiria e é francamente escasso em planificação, do ponto de vista financeiro. Essa é a razão de ser da nossa abstenção.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado

Bem, com isto terminam os nossos trabalhos.

A próxima Assembleia Municipal ordinária será no dia 27 de Abril, irão receber naturalmente a convocatória e será em Monte Real.

Dar ainda a informação de que, a pedido desta Assembleia (é importante que marquemos presença) o senhor Presidente da ARS vem a Leiria para prestar esclarecimentos sobre aspectos relacionados com a política de Saúde para o Concelho de Leiria, a realizar no salão nobre da Câmara Municipal de Leiria, no dia 29 de Março às 18.00.

Mais uma vez boa noite a todos. Agradeço a vossa presença e até à próxima sessão.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 00.10 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 27 de Abril de 2007, deliberou por unanimidade aprovar a acta .-----

Leiria, aos 27 dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(Manuel de Jesus Antunes)

A Assistente Administrativa Especialista



(Teresa Paula Pinto)